



RELATÓRIO E CONTAS 2021

ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais

APROVADO POR UNANIMIDADE EM ASSEMBLEIA GERAL

Escola Profissional de Setúbal, 25 de março de 2022

INDICE

	N.º Pág.
1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA ANESPO EM 2021	5
2 – FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS NO QUADRO DO PT 2030	10
2.1 - NECESSIDADE DE REFORÇO FINANCEIRO PARA AS ESCOLAS	10
2.1.1 - ACRÉSCIMO DE CUSTOS FACE À INFLAÇÃO PREVISÍVEL	14
2.1.2 - ACRÉSCIMO DE CUSTOS COM INCREMENTO DE ALUNOS EM PERCURSOS QUALIFICANTES COM VISTA À APROXIMAÇÃO ÀS MÉDIAS EUROPEIAS	15
2.1.3 - AUMENTO DE CUSTOS POR EFEITO DA EQUIPARAÇÃO DAS TABELAS DOS CEF À DOS CURSOS PROFISSIONAIS	16
2.1.4 - IMPLICAÇÕES DA REVISÃO EM BAIXA DO NÚMERO DE ALUNOS	18
2.1.5 - ACRÉSCIMO DE CUSTOS EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DE TURMAS COM DUAS SAÍDAS PROFISSIONAIS	19
2.1.6 - PREVISÃO DE AUMENTO DE TURMAS COM DUAS SAÍDAS PROFISSIONAIS NO PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO	20
2.1.7 - ENCARGOS COM OS APOIOS SOCIAIS AOS ALUNOS - RUBRICA 1	20
2.1.8 - ANULAÇÃO DAS PENALIZAÇÕES POR PERDA DE ALUNOS	21
2.1.9 - SINTESE CONCLUSIVA	23
3 - O PRR E AS MEDIDAS DE APOIO ÀS VERTENTES QUALIFICANTES	24
3.1- PLANO 21/23 ESCOLA + E OS CENTROS TECNOLÓGICOS ESPECIALIZADOS	25
3.2 – TIPOLOGIA DOS CTE E ESTIMATIVA DE CUSTOS DAS INTERVENÇÕES	30
RELATÓRIO E CONTAS 2021	2

3.3 – CENÁRIOS COM VISTA À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE CTE	30
3.3.1 – PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA REDE DE CENTROS	31
3.3.2 – DESAGREGAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ÁREAS DE FORMAÇÃO PRIORITÁRIAS	33
3.3.3 – CENÁRIO DO NÚMERO DE TURMAS E DE ALUNOS A ENVOLVER	33
3.3.4 – CENÁRIO DO NÚMERO DE VAGAS A PREENCHER	35
3.3.5 - INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO VOCACIONAL	38
3.3.6 - DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA A TOMADA DE DECISÕES	38
3.3.7 - ENVOLVIMENTO DOS INTERVENIENTES	38
3.3.8 – NECESSIDADE DE REFORÇO DE CAPACITAÇÃO DOS FORMADORES	40
3.3.9 – REDE DE TRANSPORTES E REFORÇO DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS PARA ESTUDANTES DOS CURSOS PROFISSIONAIS	40
3.3.10 - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS	41
4 - ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS CONSTANTES DO PLANO DE ATIVIDADES	42
4.1 - AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DA ANESPO E DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS	42
4.2- QUADRO REGULAMENTAR E MODELO DE FINANCIAMENTO DOS CURSOS PROFISSIONAIS	46
4.3- OTIMIZAÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO E CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS DE QUALIDADE	49
4.4- CONTRIBUIÇÃO PARA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS E DOS OBJETIVOS COMUNITÁRIOS	52
4.5- VIDA ASSOCIATIVA, ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E MELHORIA DO	55

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

4.6 - PROJETOS E PARCERIAS	57
4.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
5 – CONTAS DE GERÊNCIA	62
5.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS	62
5.2 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	63
5.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	64
5.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	65
5.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021	66
5.6 – ANEXO	66
IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	66
REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	66
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	70
FLUXOS DE CAIXA	70
CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS	71
RENDIMENTOS	71
SUBSÍDIOS DOS PROJETOS	72
BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS	72
OUTRAS INFORMAÇÕES	73

I – CONTEXTUALIZAÇÃO DA ATIVIDADE DA ANESPO EM 2021

A apresentação do presente Relatório e Contas decorre do imperativo estatutário que estabelece que cabe à Direção elaborar e apresentar estes documentos às entidades associadas para efeito de análise, discussão e aprovação em Assembleia Geral.

A sua análise permite refletir sobre as ações previstas no Plano de Atividades e Orçamento e o que efectivamente foi concretizado no mesmo horizonte temporal, atentas as condicionantes de saúde pública, sociais, culturais, educacionais e políticas, com as quais fomos confrontados.

Importa sublinhar que o Plano de Atividades aprovado em Assembleia Geral, em finais de 2020, tinha como pano de fundo a continuação das incidências da pandemia que balanceava entre a expectativa de melhores dias e a ameaça de uma nova variante de Covid-19 e, na realidade, as escolas profissionais vivenciaram, durante os primeiros meses de 2021, uma situação marcada pela anormalidade da atividade escolar com o regresso ao encerramento das escolas e ao desenvolvimento de atividades letivas a distância, bem como grandes condicionalismos em termos económicos e sociais.

Refira-se que, apesar das dificuldades, até ao final do ano letivo de 2020/21, predominaram as formações a distância e, no primeiro período letivo de 2021/22, as aulas predominantemente ocorreram de forma presencial, com algumas situações em regime misto.

Sempre sem se saber o que iria acontecer em termos de crise pandémica, o Plano de Atividades para 2021, tal como para 2020, previa a realização de um conjunto de iniciativas relacionados com os 30 anos da abertura das 50 primeiras escolas profissionais e da entrada em funcionamento dos primeiros cursos profissionais, no ano letivo 1989/1990, bem como de atribuição dos primeiros diplomas a alunos diplomados pelas novas escolas (ano de 1992), mas foram muitas as condicionantes à sua realização.

Uma das ações programadas era o Congresso do Ensino Profissional, previsto para 2020, adiado para 2021 e que, agora, se espera possa ser, finalmente, realizado em 2022.

A nível político-institucional, 2021 trouxe a grande novidade de se ver interrompida a legislatura em curso por força da não aprovação do Orçamento de Estado (OE) para 2022, apresentado pelo Governo e a consequente convocatória, pelo Presidente da República, de eleições antecipadas, para finais de janeiro de 2022.

As eleições legislativas do final de 2019, tinham permitido ao Partido Socialista (PS) reforçar o seu peso eleitoral, ainda assim sem obter maioria absoluta o que obrigava o governo a acordos com outras forças políticas que desta vez não assumiram uma dimensão formal, como no mandato anterior, no contexto da chamada geringonça. A incapacidade de mobilizar apoios suficientes para fazer passar o OE conduziu a este impasse só passível de ser resolvido em 2022, após as eleições para a Assembleia da República.

No que respeita à organização e planeamento do ano letivo 2021/2022, com as escolas temporariamente encerradas ou em atividade reduzida, desde logo as nossas associadas se viram confrontadas com as habituais dificuldades em divulgar a oferta formativa aprovada.

Foi dentro deste enquadramento que a ANESPO decidiu lançar novamente uma campanha de comunicação, recorrendo às televisões nacionais e às redes sociais, assente na imagem de marca, Escolas Profissionais de Portugal, que implicou um investimento de cerca de 100 mil euros, suportada apenas por um terço das nossas associadas, que voluntariamente se disponibilizaram para financiar esta iniciativa em prol de todas.

Uma dimensão relevante, com particular impacto em 2021, é sem dúvida o financiamento dos cursos profissionais das entidades privadas através do POCH. Com efeito, uma vez mais, como tinha acontecido em 2019 e 2020, os contratos programa assinados em 2021, para o ciclo 2021/2024 apenas cobriam, no primeiro caso, dois anos e, no segundo, o primeiro dos 3 anos letivos que

completam o ciclo de cada turma. Esta situação decorria da insuficiência de dotação na programação inicial do Portugal 2020, obrigando a sucessivas reprogramações e mesmo assim a aprovações com base em overbooking.

Esgotada as possibilidades no POCH, estando atrasada a operacionalização do Portugal 2030 e dos respetivos programas operacionais, nomeadamente o novo PO temático que irá financiar os cursos profissionais nas regiões elegíveis para o efeito, a solução encontrada foi recorrer à antecipação de créditos por conta da dotação 2021/2027, à plataforma informática e às regras do POCH. Esta solução causou uma vez mais grandes transtornos às escolas pela inexistência de evidências contratuais para o ciclo completo, informação essencial no acesso a crédito bancário. Sublinhe-se o esforço da gestão do POCH para assegurar formas expeditas de pagamentos, mas insuficientes para o equilíbrio de tesouraria das entidades proprietárias das escolas.

Infelizmente, uma vez mais, as condições excecionais do arranque do ano letivo 2021/2022, deixaram bem evidente a não existência de sistemas de informação e orientação vocacional credíveis que contribuam para escolhas livres, informadas e conscientes dos alunos. Apesar das dificuldades, importa registar que o número de turmas constituídas esteve em linha com a de anos anteriores, embora em muitos casos com menor número de alunos.

No que respeita aos Cursos de Educação e Formação (CEF), registou-se a redução do número de turmas nas escolas profissionais, como resultado de simplificação do processo de aprovações no ensino básico, abrangendo os alunos potenciais frequentadores desta oferta, no quadro das medidas transitórias relacionadas com a Covid-19.

Relativamente às regiões autónomas sublinha-se que, na Madeira (RAM), se continua a registar um significativo desinvestimento nas escolas profissionais privadas, em favor da prioridade dada à escola profissional pública, entretanto criada, bem como aos cursos de ensino profissional, ministrados nas escolas secundárias.

No que respeita à Região Autónoma dos Açores (RAA), verificou-se a reposição da oferta formativa de cursos profissionais, mantendo-se a oferta nas escolas profissionais privadas.

Quanto ao Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), assinado no âmbito da CNEF em 2017, com a FNE e outros sindicatos, que pela primeira vez cobre expressamente os trabalhadores das escolas profissionais privadas, em 2021 decorreram negociações com vista à grande revisão que deverá produzir efeitos a partir de setembro de 2022. O progresso das negociações e a correção de desideratos que decorrem nomeadamente do aumento do salário mínimo em percentagem superior à da inflação, está muito condicionado à erosão dos financiamentos das turmas dos cursos profissionais e dos CEF que se mantêm inalterados há cerca de 10 anos.

Ao mesmo tempo, continuaram as negociações com os sindicatos organizados na FENPROF, mas sem se terem verificado progressos significativos.

No que respeita à dinâmica associativa, destacamos a regular participação nas organizações nacionais de que a ANESPO é associada, CNEF e CCP. A participação na CCP tem permitido a contribuição para o reforço das preocupações a nível da formação e qualificação, que têm sido veiculadas em sede de Concertação Social, em particular em 2021, o acordo tripartido sobre Formação Profissional e Qualificação, assinado em julho.

No que respeita à CNEF, para além do CCT e da salvaguarda de dimensões comuns das entidades privadas de educação e formação, a ANESPO tem representado esta Confederação no Comité de Acompanhamento do POCH, atividade bastante intensa neste ano de transição entre períodos de programação. Sublinha-se a participação da ANESPO, enquanto membro da CNEF, nas atividades da EFEE, associação europeia dos empregadores na educação, incluindo a participação na Chair do Policy Working Group on VET (Vocational Education and Training). O impacto da pandemia e as restrições a ela associadas, forçaram a que a participação nas atividades da EFEE e do EfVET fosse sobretudo de forma virtual.

No plano interno, assistiu-se ao funcionamento regular dos órgãos da ANESPO, de forma ajustada à nova realidade. A Direção passou a reunir sobretudo de forma virtual ou mista e a assembleia geral ordinária para aprovação do relatório e contas de 2020 realizou-se em fevereiro via zoom. A de dezembro, para aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2022, realizou-se na Mealhada, mas com participação a distância de tantos associados como os que estiveram fisicamente presentes.

Também as assembleias regionais passaram a funcionar em ambiente misto, em todas as regiões, cumprindo o desígnio de realizar pelo menos duas por ano em cada região.

Na impossibilidade de realizar o Congresso previsto para julho, já com a situação mais controlada, foram realizadas Jornadas Pedagógicas, em 12 de novembro, sob o lema, Refletir sobre o Modelo Pedagógico no Horizonte 2030, potenciando as condições oferecidas pela Fundação Gulbenkian, permitindo a participação presencial de mais de 200 representantes das escolas de todo o país, bem como a sua transmissão em streaming para quem pretendesse acompanhar a distância.

Em síntese, num ano em que a epidemia continuou a condicionar as nossas vidas, de forma particularmente agressiva no primeiro trimestre, tanto no quotidiano como nas atividades de educação, as escolas profissionais souberam responder de forma pronta e o mais eficiente possível aos desafios colocados, assegurando o funcionamento nas condições possíveis e com os recursos disponíveis, garantindo o acompanhamento dos alunos e o desenvolvimento dos processos pedagógicos. Tudo isto num quadro de grande resiliência uma vez que continuaram sem resposta os principais problemas com que nos deparamos, como, o subfinanciamento das turmas, a ausência de solução para as turmas agregadas com duas saídas profissionais ou as condições de frequência de alunos estrangeiros sem residência permanente.

Dentro destes constrangimentos, a ANESPO desenvolveu, ao longo do ano, uma intensa atividade, ajustando às condições do momento, com resultados visivelmente positivos, fazendo tudo o que estava ao seu alcance para apoiar as

escolas num contexto complexo, que só começou realmente a aliviar na ponta final do ano.

Os dois últimos anos, 2020 e 2021, constituíram, garantidamente, o maior desafio dos 30 anos das nossas vidas, mas trouxeram à evidência de que, em condições tão adversas, os cursos profissionais continuam a constituir um verdadeiro motor de mudança no que respeita à qualificação inicial de jovens e as escolas profissionais são um parceiro que conta na elevação da qualificação global da população e um agente de desenvolvimento em todo o território nacional.

2 – FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS NO QUADRO DO PT 2030

A Direção da ANESPO faz a leitura de que há aspetos a reparar relativos às questões financeiras que estiveram na ordem do dia nos últimos anos e que esbarraram, invariavelmente, no argumento da falta de recursos financeiros no POCH que teve que fazer duas reprogramações para assegurar as necessidades de financiamento das escolas profissionais no período de vigência do PT2020.

Estando, agora, na transição dos períodos de financiamento e sabendo-se que é o momento para assegurar as dotações necessárias até ao final da presente década, desenvolvemos um aprofundado trabalho no decurso do ano de 2021 que se consubstanciou na apresentação de um memorando com os contributos da ANESPO para a conceção do PT 2030, no qual fizemos uma descrição pormenorizada das dotações necessárias para o próximo período de programação e que assenta nos pressupostos seguintes:

2.1 - NECESSIDADE DE REFORÇO FINANCEIRO PARA AS ESCOLAS

A mudança de paradigma para custos unitários, por turma, foi ancorada nas orientações comunitárias que defendiam a simplificação dos processos nas operações financiadas por fundos comunitários. Na altura própria, a ANESPO, embora com algumas reservas por parte de algumas associadas, acompanhou esse

desejo de mudança, considerando os ganhos no alívio da carga burocrática, a possibilidade de se poder fazer uma gestão pedagógica e financeira mais efetivas e acabar a redução das margens de incerteza e de subjetividade que decorriam da apreciação das despesas consideradas elegíveis ou não elegíveis.

Recordamos que as tabelas de custos unitários, por turma, foram concebidas a partir dos valores médios apurados a partir do histórico dos custos reais tendo sido estabelecidos quatro escalões - 80.080 euros, 86.200 euros, 91 850 euros e 98.920 euros – aferidos em face da especificidade dos cursos, nomeadamente no que respeita às exigências de recursos humanos envolvidos, intensidade tecnológica e gastos com as matérias-primas mas, também no pressuposto da revisão das tabelas de três em três anos.

Já passaram 33 anos desde a abertura das primeiras escolas profissionais e 12 anos de experiência de financiamento em regime de custos simplificados, através de tabelas normalizadas de custos unitários e este é o balanço possível:

- a. Os cursos profissionais desenvolvidos pelas EP e outras entidades privadas no território do Continente, continuam a ser financiados com apoio FSE, nas regiões Convergência (Norte, Centro e Alentejo), bem como na Madeira e nos Açores, através da programação regional;
- b. Na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e no Algarve o financiamento dos CP e dos CET assenta sobretudo em recursos nacionais, embora, no decorrer do Portugal 2020, um conjunto significativo de escolas e turmas da AML tenham sido, temporariamente, financiadas através do FSE/PO regional;
- c. Desde o QCA III, regista-se uma sistemática sub-dotação de recursos para o ensino profissional na programação inicial, o que se veio a repetir com o QREN e o Portugal 2020, se tivermos em conta os objetivos de política educativa e de desígnio nacional de colocar, pelo menos, 50% dos jovens em percursos de dupla certificação;

- d. Esta realidade tem implicado a necessidade de realização de sucessivas reprogramações, ajustamentos, overbooking e outras soluções de recurso, particularmente complexas nas transições entre períodos de programação comunitários;
- e. As escolas profissionais, conheceram grandes constrangimentos no período da crise financeira (2008 a 2015), com fortes repercussões na tesouraria, agravadas ainda pelas mudanças no SIIFSE na transição para o Portugal 2020;
- f. As tabelas normalizadas de custos simplificados que se admitia fossem atualizadas de três em três anos, corrigindo, pelo menos, a inflação, foram revistas, em baixa, em 2012, registando-se uma redução de 5% com o argumento da crise sendo, porém, considerada conjuntural mas, os valores anteriores, nunca mais foram repostos;
- g. Foi apenas acrescentado um quinto escalão, específico para a área da música, e incorporadas novas qualificações entretanto aprovadas ou resultantes de transformações de outras existentes.

O memorando a que acima aludimos elenca então as necessidades de financiamento dos cursos profissionais, tanto nas situações em que beneficia de apoio FSE como nos casos em que depende dos recursos nacionais através do Orçamento do Estado sublinhando a necessidade de se assegurar uma dotação adequada e ajustada às ambições de política educativa na próxima década, nomeadamente no Portugal 2030, mas também de reparar danos causados aos Projetos Educativos e Formativos das Escolas Profissionais.

Salienta-se que a reparação das incidências do passado implicaria, em primeiro lugar, ter em consideração as seguintes dimensões:

1. A redução de 5% no valor das tabelas, instituída desde 2012 com carácter temporário, mas que se mantém até hoje;

2. A previsão então existente de revisão dos escalões, em princípio de três em três anos, cobrindo, pelo menos, a erosão provocada pela inflação, o que nunca se verificou.

O memorando começa por apurar as necessidades de financiamento tendo subjacente a situação passada e presente e se tenha em conta o quadro seguinte onde:

- Na segunda coluna, aparecem os valores das tabelas estabelecidos depois do corte dos 5%;
- Na terceira coluna os custos/turma estabelecidos em 2010 e que importa recuperar;
- Na quarta e na quinta colunas o valor estimado do número de turmas por escalão e a percentagem de imputação.

Escalões	Custo Turma Anual com redução de 5%	Custo Turma em 2010	Nº de turmas por escalão	Percentagem de imputação por escalão
1	76 076 €	80 080 €	810	25%
2	81 890 €	86 200 €	788	25%
3	87 258 €	91 851 €	636	20%
4	93 974 €	98 920 €	828	26%
5	113 715 €	119 700 €	140	4%
Média ponderada	86 002 €	90 528 €	-	100%

Resulta da análise que, com base na informação recolhida sobre a distribuição das turmas, por escalão, que o valor médio que deve ser considerado aponta para 90.528 euros.

Um outro aspeto evidenciado no memorando aponta para a propalada necessidade de incremento das qualificações dos jovens e dos adultos que é tida como um relevante fator de desenvolvimento económico e social sendo como tal referenciado como objetivo central das políticas de ensino e formação, designadamente, no Programa de Governo, no Semestre Europeu e, mais recentemente, no PRR. Porém, constata-se que o número de alunos em cursos profissionais é de 110 184 alunos (36,2%) e em cursos científico-humanísticos contabilizam-se 194 027 alunos (63,8%) sendo estes dados recolhidos da plataforma INFOESCOLAS (2018/2019).

Estes dados contrastam com o panorama europeu onde a média de alunos em percursos qualificantes ronda os 55% e, nos países social e economicamente mais avançados, encontramos indicadores que se aproximam dos 70% dos alunos nesta via de ensino.

Os subpontos seguintes apontam mais alguns dados que permitem elucidar sobre as respostas a dar para cumprir os objetivos propostos.

2.1.1 - ACRÉSCIMO DE CUSTOS FACE À INFLAÇÃO PREVISÍVEL

Apontamos a seguir os valores previsionais da inflação para o novo período de programação (2021/2027) que consideramos tendo em consideração as Projeções Macroeconómicas para a economia portuguesa elaboradas pelo Fundo Monetário Internacional:

Tabela Previsional da inflação prevista para o septénio								
Anos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Média
Inflação	0,90%	1,20%	1,30%	1,40%	1,50%	1,60%	1,60%	1,36%

A análise do quadro supra permite-nos dizer que a média da inflação poderá andar nos 1,36%/ano no próximo período de programação.

Tendo por adquirido que o valor médio por turma é de 100.148 euros, considerando os valores previsíveis da inflação, poderemos calcular os valores médios dos custos nos próximos sete anos.

Tabela Previsional da inflação prevista para o septénio								
Anos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Média
R9	101	102	103	105	106	108	110	105
	049 €	262 €	591 €	041 €	617 €	323 €	056 €	277 €

O valor médio/turma, se considerarmos uma distribuição ponderada pelos diferentes escalões para o período de 7 anos (2021-2027) é de 105 277 euros/ano.

2.1.2 - ACRÉSCIMO DE CUSTOS COM INCREMENTO DE ALUNOS EM PERCURSOS QUALIFICANTES COM VISTA À APROXIMAÇÃO ÀS MÉDIAS EUROPEIAS

Em face da aposta do governo no incremento das qualificações dos jovens e dos adultos e da necessidade de nos aproximarmos da União Europeia apontamos a necessidade de se prever, no horizonte de 7 anos, o aumento médio de 1% de alunos e turmas nos diversos territórios preconizando-se que esse aumento seja mais significativo nos municípios/regiões onde as percentagens de alunos em percursos qualificantes seja mais baixo.

A este título, a partir do número atual de turmas aprovadas, partimos de um patamar situado nas 1.592 turmas em funcionamento e prevemos um aumento, ainda que moderado, de 1%/ ano, conforme quadro seguinte:

Anos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Nº Turmas	1 592*	1 608	1 624	1 640	1 657	1 673	1 690

O reflexo deste aumento será passarmos das 1592 turmas em 2021 para as 1.690 turmas em 2027 e se tivermos em conta os valores turma:

Anos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
R9	101 049 €	102 262 €	103 591 €	105 041 €	106 617 €	108 323 €	110 056 €

Chegaremos ao quadro seguinte que elucida sobre os valores/turma e os montantes necessário para ocorrer à R9 de 2021-2027 com acréscimo de 1% de alunos.

Anos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
R9	101 049 €	102 262 €	103 591 €	105 041 €	106 617 €	108 323 €	110 056 €
Nº Turmas	1 592*	1 608	1 624	1 640	1 657	1 673	1 690
Valor R9	160 869 950 €	164 428 394 €	168 231 622 €	172 292 734 €	176 625 896 €	181 246 430 €	185 987 836 €
Subtotal 1							1 209 682 862 €

O aumento, modesto, que objetivamente apresentamos de apenas 1%/ano decorre da perceção de que a redução da natalidade puxa para baixo o número de alunos nas escolas.

O aumento percentual do número de alunos em percursos qualificantes tem como premissa a redução dos cursos científico-humanísticos.

2.1.3 - AUMENTO DE CUSTOS POR EFEITO DA EQUIPARAÇÃO DAS TABELAS DOS CEF À DOS CURSOS PROFISSIONAIS

O aumento das tabelas dos cursos de educação e formação corresponde a um exercício de racionalidade pois os cursos têm as mesmas cargas horárias dos cursos profissionais, são exigidas as mesmas condições de frequência com professores com grupos disciplinares e adequação entre o perfil da formação e o

perfil profissional e não se vislumbra qualquer razão para esta diferença de tratamento.

Conforme de refere supra os CEF na generalidade dos casos têm as mesmas horas de formação que os cursos profissionais e, em alguns casos, como o CEF Empregado de Mesa, este curso tem ainda mais 200 horas que as ofertas profissionalizantes de nível IV.

Assim, face aos dados dos últimos 5 anos em que foram apoiadas 968 turmas e 17 217 alunos com uma média de alunos/turma de 17,8 alunos consideramos que o valor médio, por turma, a propor no novo período de programação seja equiparado aos Cursos Profissionais atendendo a que as cargas horárias, depois de operada a revisão do CNQ que está em curso, serão idênticas, apontamos os seguintes valores:

Tabelas CEF

Escalão	Tipologia T2	Tipologia T3	Média
1	46 073,93 €	52 856,89 €	49 465,41 €
2	46 930,00 €	53 749,48 €	50 339,74 €
3	47 720,34 €	54 573,52 €	51 146,93 €
4	48 709,30 €	55 604,67 €	52 156,99 €
Média	47 358,39 €	54 196,14 €	50 777,27 €

Equiparação tabelas CEF às dos CP

Descrição	Tipologia T2	Tipologia T3	Média	Média CP	Diferença
Média Escalão	47 358 €	54 196 €	50 777 €	105 277 €	54 500 €

Face aos valores expressos no quadro supra conclui-se que ao ser aplicado o mesmo valor/turma dos cursos profissionais, devidamente atualizados, ter-se-á que passar dos 50 777 euros/turma para a média, por ano, para os 105 277 euros por turma/ano.

2.1.4 - IMPLICAÇÕES DA REVISÃO EM BAIXA DO NÚMERO DE ALUNOS

Admite-se que, face aos dados da procura dos CEF nos últimos anos, que têm apontado para uma redução da procura, o que se deve, julgamos, às estratégias das escolas básicas para reduzir os indicadores de abandono e de insucesso escolar, prevê-se que o número de turmas baixe cerca de 25% nos próximos sete anos.

O quadro seguinte permite ter uma ideia da evolução dos CEF nos últimos 5 anos sendo notória a quebra em 2020/21 que, admitimos, esteja relacionada com a redução dos indicadores de insucesso nas escolas básicas e também da opção dos pais de matricularem os educandos em escolas situadas o mais próximo possível da área de residência.

Histórico do número de turmas CEF

Descritivo	2016	2017	2018	2019	2020	Média
Nº Turmas	218	253	209	199	89	194

O quadro seguinte elucida sobre a redução resultante deste postulado e o seu resultado nas necessidades de financiamento para o período de programação:

Montante Necessário R9 2021-2027 CEF com decréscimo de alunos

Anos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
R9	101 049 €	102 262 €	103 591 €	105 041 €	106 617 €	108 323 €	110 056 €
Nº Turmas	194	187	180	174	168	162	156
Valor R9	19 603 499 €	19 128 514 €	18 683 482 €	18 266 817 €	17 877 058 €	17 512 853 €	17 156 067 €
Subtotal 2							128 228 290 €

Passando de 194 turmas em 2021, para 156 turmas, em 2027, isso significa que o número de turmas em termos médios será de 174 turmas, e uma quebra de 3,57%, de turmas CEF, por ano.

Conclui-se que, para um período de 7 anos as necessidades de financiamento, atenta a redução previsível da procura de CEF, para cerca de metade, será de 128 228 290 euros.

2.1.5 - ACRÉSCIMO DE CUSTOS EM RAZÃO DA APROVAÇÃO DE TURMAS COM DUAS SAÍDAS PROFISSIONAIS

As turmas desdobradas, com duas saídas profissionais, são uma realidade relativamente recente, mas que permitiu alargar o leque das ofertas, especialmente nos territórios mais periféricos e de baixa densidade, beneficiando os alunos que ficam com mais opções e o tecido económico e social local que vê alargado o campo de recrutamento.

Os encargos acrescidos com esta nova modalidade resultam, essencialmente, da necessidade de duplicar os encargos com pessoal docente na componente científica (total ou parcialmente) e na componente técnica (totalmente), sendo que na sociocultural e na FCT não há qualquer alteração, bem como fazer crescer alguns encargos com as instalações e os equipamentos que os mesmos implicam.

Para se fazer o balanceamento do acréscimo de encargos com as turmas desdobradas em termos mais concretos e objetivos, procuramos obter informação junto de outras entidades, mas, em face da dificuldade encontradas desenvolvemos um processo com vista à obtenção da informação, tendo a ANESPO elaborado e implementado um inquérito às EP com turmas nessas situações tendo chegado a valores médios, que consideramos muito próximos dos reais.

A análise dos questionários permitiu concluir que o número de escolas respondentes foi de 37 escolas, dentro das 107 escolas que constituem o universo, e um total de 157 turmas desdobradas.

Relativamente ao somatório dos valores das turmas principais e desdobradas obteve-se um acréscimo de 22,56% dos encargos.

2.1.6 - PREVISÃO DE AUMENTO DE TURMAS COM DUAS SAÍDAS PROFISSIONAIS NO PRÓXIMO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO

Admitindo que possa haver algum crescimento desta oferta por ser mais adequada para muitas regiões do país pois permite diversificar as ofertas formativas e melhor responder às necessidades das empresas, preconiza-se a passagem dos atuais 18% para um terço das ofertas desta tipologia (33,33%), promovendo um crescimento médio de 2,19%/ano ($33,33\% - 18\% = 15,33\% / 7$).

Se considerarmos o crescimento anual de 1%, conforme referido no ponto 3.2, poderemos facilmente aquilatar o impacto do aumento de turmas proposto no novo período de programação:

Montante Necessário R9 Turmas Desdobradas 2021-2027

Anos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
R9	101 049 €	102 262 €	103 591 €	105 041 €	106 617 €	108 323 €	110 056 €
R9 com 22,56%	123 846 €	125 332 €	126 961 €	128 739 €	130 670 €	132 760 €	134 884 €
Nº Turmas com 1%	349	352	356	360	363	367	370
Nº turmas com 15,33%	403	407	411	415	419	423	427
Valor R9	49 848 069 €	50 950 708 €	52 129 198 €	53 387 597 €	54 730 295 €	56 162 039 €	57 631 238 €
Subtotal 3							374 839 143 €

2.1.7 - ENCARGOS COM OS APOIOS SOCIAIS AOS ALUNOS - RUBRICA 1

Tendo em conta o número de alunos considerados nos pontos anteriores e, conforme dados disponíveis no âmbito do financiamento pelo POCH, o valor médio da Rubrica 1 é de 27 821,79 € por turma, rapidamente conseguimos efetuar uma extrapolação das necessidades de financiamento desta rubrica para o novo período de programação. Também aqui vamos incluir a taxa de inflação prevista.

Montante necessário R1

Anos	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Inflação	0,90%	1,20%	1,30%	1,40%	1,50%	1,60%	1,60%
Nº Turmas EP	1 592	1 608	1 624	1 640	1 657	1 673	1 690
Nº Turmas CEF	194	187	180	174	168	162	156

Nº turmas desdobradas	403	407	411	415	419	423	427
Total de turmas	2 189	2 202	2 215	2 229	2 243	2 258	2 273
R1 com inflação	27 822 €	28 156 €	28 522 €	28 921 €	29 355 €	29 824 €	30 302 €
Valor R1	60 888 035 €	61 984 709 €	63 174 067 €	64 460 190 €	65 847 562 €	67 341 096 €	68 878 367 €
Subtotal 4							452 574 028 €

2.1.8 - ANULAÇÃO DAS PENALIZAÇÕES POR PERDA DE ALUNOS

O modelo de financiamento das Escolas Profissionais sempre foi sustentado no apoio dado pelo FSE para incremento das ações de qualificação dos jovens com vista à melhoria da sua inserção no mercado do trabalho e assentou na aprovação das candidaturas e na atribuição de um chamado adiantamento e nos reembolsos dos custos incorridos com a formação, que normalmente eram pagos com assinaláveis atrasos, a que se deduziam, em sede de análise, alguns dos encargos considerados inelegíveis.

Este modelo de financiamento sempre foi considerado muito complicado e burocrático e, naturalmente, objeto de uma multiplicidade de críticas por parte dos operadores de formação que desenvolviam projetos com financiamento da União Europeia e que reclamavam que o enfoque deveria ser menos as demonstrações financeiras e mais os resultados pedagógicos.

A situação acabaria por alterar-se no decurso do período de programação 2007/2013 com passagem do regime de custos reais para as tabelas de custos unitários, por turma, sendo que os novos mecanismos de financiamento passaram a ter como referencial as tabelas de custos simplificados e os indicadores de realização e de resultados a que os Avisos juntam as penalizações pela perda de alunos que foi sempre muito contestada pelas escolas profissionais e pela ANESPO atendendo a que:

- a. As Escolas Profissionais organizaram a formação de jovens ao longo de vinte anos até se passar para custos simplificados e nunca a perda de alunos foi considerada um problema atendendo a que as escolas não precisaram de penalizações para tudo fazer para que os alunos não desistissem;

- b. As escolas profissionais sentem-se discriminadas pois são, dentre os operadores públicos e privadas, as únicas organizações que são penalizadas, quer pelos indicadores de resultados e de realização, quando abaixo de determinados patamares, quer ainda pela perda de alunos;
- c. Não foi pela introdução das penalizações que reduziram os índices de abandono nas escolas profissionais pois quando os alunos o querem fazer e deixam de estar a coberto da escolaridade obrigatória, nada há a fazer;
- d. As penalizações pela perda de alunos são mesmo uma absuridade porque na generalidade dos casos os alunos chegam à escola com várias repetências, têm idades próximas dos 18 anos, ou seja, do limite da escolaridade obrigatória e só estão à espera de fazer anos para abandonarem os cursos;
- e. A gestão financeira das escolas fica sujeita aos caprichos dos alunos que podem desistir sem que tenham qualquer penalização, mas com graves consequências financeiras para as escolas que têm que continuar a suportar os custos fixos decorrentes da organização da formação, independentemente do número de alunos da turma.

Atendendo a que as penalizações pela perda de alunos têm muito significado para as escolas que são confrontadas com esse problema, mas não muito para o POCH porque estamos a falar de uma percentagem muito baixa do orçamento global;

Considerando que normalmente as escolas penalizadas são as situadas nas zonas mais periféricas e menos desenvolvidas económica e socialmente o que torna esta penalização ainda mais injusta, absurda e discriminatória porque são as únicas penalizadas por este facto que lhes é estranho;

Consideramos que as penalizações pela perda de alunos devem ser abandonadas ou então excluídas as seguintes situações:

- a. Nos casos em que os alunos não se encontrem a frequentar os cursos nas idades próprias ou não estejam mais obrigados a estar na escola (fim da escolaridade obrigatória);
- b. As situações em que os alunos tenham que abandonar os estudos por problemas de saúde;
- c. Nos casos em que os agregados familiares mudem de residência ou estando institucionalizados sejam transferidos;
- d. Nos casos em que comprovadamente tenham que abandonar os estudos por razões económicas.

A correção desta discriminação negativa implicará algum aumento de encargos porque não haverá mais cortes nos valores das tabelas ou serão residuais.

2.1.9 - SÍNTESE CONCLUSIVA

Importa ter em conta as necessidades efetivas de acréscimo de financiamento no futuro Programa Operacional que vai financiar as ações ligadas à formação de jovens e de adultos, o que entendemos dever ser da seguinte ordem de grandeza no horizonte de 2027:

Subtotal 1	R9 para os cursos profissionais (sem duas saídas profissionais)	1 209 682 862 €
Subtotal 2	R9 para os cursos de educação e formação de jovens	128 228 290 €
Subtotal 3	R9 para os cursos profissionais com duas saídas profissionais	374 839 143 €
TOTAL R9		1 712 750 295 €
Subtotal 4	R1	452 574 028 €

3 – Incremento tendo em vista o desenvolvimento do ensino profissional no novo período de programação	97 399 €	105 277 €	1 209 682 862 €
3.3 – Aumento de custos por	50 777 €	105 277 €	128 228 290 €

efeito da equiparação das tabelas dos CEF à dos cursos profissionais			
3.4 – Acréscimo de custos em razão da aprovação de turmas com duas saídas profissionais	105 277	129 027 €	374 839 143 €
4 – Encargos com os apoios sociais aos alunos - rubrica 1	27 822 €	28 986 €	452574 028 €

3 - O PRR E AS MEDIDAS DE APOIO ÀS VERTENTES QUALIFICANTES

Conforme se refere em vários documentos emanados do governo e da Assembleia da República o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência integra a estratégia global de Portugal e da União Europeia para a recuperação económica e social no período pós-pandémico e tem em vista atingir os objetivos delineados que encerram uma visão estratégica com um horizonte de médio prazo assente em vários eixos de investimento elegendo a qualificação e a formação dos cidadãos como pilares fundamentais.

Nos termos do mesmo documento, as condições de sucesso da recuperação económica em Portugal e na União Europeia a que o PRR procura dar guarida, visa a superação das dificuldades decorrentes da crise pandémica que implicam:

- a. Resiliência e determinação na adoção de medidas concretas que permitam a elevação das competências dos jovens e dos adultos;
- b. Afincos no incremento da capacidade de se movimentarem num mundo cada vez mais digital, em que a ciência e a inovação convocam estratégias diferenciadas e inovadoras de ensino;
- c. Implementação de sistemas que habilitem tendo em conta a disponibilidade e capacidade de os cidadãos aprenderem ao longo de toda a sua vida;

- d. Aposta numa sociedade mais inclusiva, capaz de integrar a transição verde e digital como instrumentos de coesão, justiça e abertura ao mundo.

No que se refere especificamente à qualificação dos recursos humanos o PRR procura contribuir para reduzir as margens de subescolarização e subqualificação que nos separam dos indicadores médios da União Europeia, preconizando o alinhamento das qualificações dos jovens e dos adultos com as necessidades do tecido económico e social e uma aposta clara **em novas áreas de especialização económica, designadamente:**

- a. **Competências digitais**
- b. **Ambiente**
- c. **Informatização**
- d. **Apoio às Indústrias**

3.1 - PLANO 21/23 ESCOLA + E OS CENTROS TECNOLÓGICOS ESPECIALIZADOS

O Governo através da **Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021**, definiu **as linhas de força do recém-criado “Plano 21|23 Escola+”**, que é um plano integrado destinado a melhorar as condições de ensino e de aprendizagem dos alunos dos ensinos básico e secundário e que preconiza, dentre outras, as seguintes ações:

- a. Recuperação e consolidação de aprendizagens e de mitigação das desigualdades decorrentes dos efeitos da pandemia garantindo que ninguém fica para trás;
- b. Reforço da autonomia das escolas e das estratégias educativas diferenciadas dirigidas à promoção do sucesso escolar e, sobretudo, ao combate às desigualdades através da educação;

- c. Reforço intencional de meios para a compensação dos efeitos da pandemia nos últimos anos letivos, diferenciam-se das medidas estruturais de que as escolas têm beneficiado desde 2016;
- d. Reforço qualificado das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, ministradas em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo de nível não superior, incluindo escolas profissionais, públicas e privadas.

No Capítulo III do “Plano 21|23 Escola+” refere-se que as políticas educativas e formativas devem ser entendidas como estruturantes para o progresso do país e define um conjunto de princípios orientadores, designadamente:

- a. Equidade, inclusão e qualidade das aprendizagens
- b. Literacias como aprendizagens estruturantes
- c. Desenvolvimento profissional contínuo
- d. Autonomia das escolas e dos professores
- e. Subsidiariedade educativa
- f. Princípio da Territorialização das Políticas Educativas
- g. Monitorização e Avaliação das e para as Aprendizagens
- h. Princípio do compromisso ético e deontológico na gestão de recursos.

Por outro lado, são estabelecidos como objetivos estratégicos do Plano:

- i) A recuperação das competências mais comprometidas
- ii) A diversificação das estratégias de ensino
- iii) O investimento no bem-estar social e emocional
- iv) A confiança no sistema educativo
- v) O envolvimento de toda a comunidade educativa

vi) A capacitação, através do reforço de recursos e meios

vii) A monitorização, através da avaliação do impacto e eficiência das medidas e recursos.

O mesmo documento refere que o Plano de Ação incide sobre três eixos estruturantes de atuação:

Eixo 1: Ensinar e Aprender

a. Autonomia das Escolas

Agrega os domínios de atuação que se relacionam com as aprendizagens e o desenvolvimento de competências, com o alargamento de autonomia das escolas na gestão do currículo e na organização orientada para a melhoria das aprendizagens, bem como os recursos disponibilizados para a promoção da inclusão e bem-estar e para o envolvimento da comunidade educativa em sentido lato em linha com os [Decretos-Leis n.ºs 54/2018](#) e [55/2018](#), de 6 de julho.

b. Recuperar com o Digital

A Escola Digital tem como objetivo a promoção de melhores aprendizagens, tendo-se revelado crítica a exploração e o fomento de competências digitais durante a pandemia e, por isso, preconiza-se o reforço dos recursos disponíveis para aprendizagens mais ricas, motivadoras e para a promoção de mais equidade no acesso de todos a novas ferramentas.

No mesmo sentido considera-se a transição digital um desafio para pensar o potencial de desenvolvimento de novas formas de aprender e ensinar, com mais diferenciação, mais flexibilidade e mais participação dos próximos alunos na regulação das suas aprendizagens.

c. As virtualidades do ensino profissional

A Resolução do Conselho de Ministros refere no ponto 1.3.9 - Criar valor com o Profissional, o seguinte:

- a. O Ensino Profissional, em virtude da sua componente prática e tecnológica e da integração progressiva dos alunos no mundo do trabalho, sofreu as limitações impostas pelos períodos de confinamento.
- b. Pensar a recuperação, vai para lá das medidas de flexibilização da conclusão dos programas em curso e por isso preconiza que **serão criados Centros de Especialização Tecnológica que implicarão, designadamente a associação a uma nova geração de cursos profissionais, assentes na inovação curricular e metodológica, capacitando os alunos para novos desafios de aprendizagem.**

No Eixo 2 “+ Ensino Profissional” refere-se que:

- a. O Ensino Profissional se tem revelado, nas últimas décadas, um dos principais instrumentos para a inclusão de todos os alunos, promovendo a dupla certificação, numa resposta em que teoria e prática se aliam;
- b. O Ensino Profissional tem assumido e adotado os princípios hoje reconhecidos como fundamentais para o sucesso e para a capacidade de aprender ao longo da vida como a capacidade de resolver problemas, trabalhar cooperativamente e em trabalhar em projetos;
- c. Os cursos profissionais têm atraído cada vez mais alunos, sem que hoje vejam coartada a sua vontade de optar entre o prosseguimento de estudos e o ingresso no mundo do trabalho quando terminam o seu curso.

No mesmo ponto diz-se que o Ensino Profissional é, provavelmente, um dos mais profícuos meios para que a educação e o desenvolvimento económico cooperem

importando continuar a aprofundar a definição de uma rede que corresponda às aspirações dos alunos e que lhes ofereça a confiança de que estão a fazer a aposta certa face às oportunidades de emprego e aprofundamento posterior das suas qualificações.

O *ponto 2.3.1 - Equipar para aprender*, refere-se à instalação dos Centros de Especialização Tecnológica para a modernização do ensino profissional, nos termos previstos no PRR sublinhando que **estes centros serão recursos para uma conciliação entre a vocação, a resposta moderna ao aprofundamento de competências específicas através de ofertas que configuram nichos de especialização e inovação**, ao mesmo tempo que tiram partido das parcerias relevantes que permitam potenciar sinergias com o tecido empresarial.

Por outro lado, o *ponto 2.3.2 – relativo à “orientação vocacional”* refere que o sucesso escolar alia-se a bons processos de **informação e orientação vocacional e profissional**. Aos alunos que terminam o ensino básico devem ser dados todos os recursos para que as suas escolhas sejam livres e conscientes e não determinadas por preconceitos ou estigmas.

Sublinha depois que a **reorientação de percursos formativos no fim do 10.º ano de escolaridade** indicia a existência de problemas relativos à qualidade da informação e orientação vocacional ou do aconselhamento das famílias, refletindo o desinteresse e desmotivação dos alunos pela área que frequentam.

Por último:

O *ponto 3.2.1 - Partilhar eficácia* refere que serão produzidos estudos amostrais de análise em profundidade das diferentes medidas, para aferição e divulgação do seu impacto face aos diferentes indicadores desenvolvidos, visando o apoio às escolas na seleção das suas opções organizacionais e curriculares, como forma de aconselhamento e sem prejuízo do seu poder decisão.

O ponto 3.2.2 - Partilhar eficiência refere que serão produzidos estudos amostrais de análise em profundidade das diferentes medidas, para aferição e divulgação da relação custo/benefício face aos diferentes indicadores desenvolvidos, visando o apoio às escolas na gestão dos recursos.

3.2 - TIPOLOGIA DOS CTE E ESTIMATIVA DE CUSTOS DAS INTERVENÇÕES

A informação veiculada pelo documento de trabalho que enquadrara a implementação desta Medida, dá conta do investimento estimado, por Centro, a saber:

TIPOLOGIA	CUSTO PREVISÍVEL
Centro Tecnológico Industrial	1 700 000 euros
Centro de Tecnologias Digitais e Multimédia	1 400 000 euros
Centro Tecnológico das Renováveis	1 200 000 euros
Centro Tecnológico Informática	1 100 000 euros

O custo médio estimado para as intervenções nos Centros Tecnológicos Especializados é de 1,350 milhão de euros.

Os mesmos documentos esclarecem sobre a tipologia dos encargos elegíveis nas diversas intervenções que são os seguintes:

- Encargos com equipamentos
- Encargos com infraestruturas tecnológicas, e a eventual
- Requalificação de espaços e oficinas para adaptação aos novos cursos

3.3 – CENÁRIOS COM VISTA À IMPLEMENTAÇÃO DA REDE DE CTE

A construção de cenários com vista à implementação da rede de Centros Tecnológicos Especializados deve ter como pressuposto o princípio da equidade e

proporcionalidade e defesa das populações e instituições, atentas as dinâmicas demográficas, económicas e sociais de cada região (CIM/AM).

Atentas as especificidades e debilidades das regiões mais periféricas, consideramos que a forma de apresentação de candidaturas deve ser flexível prevendo a possibilidade das escolas se apresentarem, isoladamente ou em consórcio por forma a permitir que as escolas mais pequenas, que não consigam abrir a totalidade das turmas na mesma área de formação, o possam fazer associando-se com outras escolas.

3.3.1 – PROPOSTA DE ORGANIZAÇÃO DA REDE DE CENTROS

A metodologia a seguir na construção da rede dos Centros Tecnológicos Especializados deverá propiciar a apresentação de vários cenários a construir tendo em conta o número de alunos que frequentam o 9º ano de escolaridade em cada CIM/AM e a necessidade de robustecimento do tecido económico e social favorecendo as escolas situadas nas zonas mais periféricas e deprimidas, o que será conseguido através da adoção de medidas de discriminação positiva.

O conjunto dos indicadores/dados relacionados com o número de alunos e turmas e outros fatores que poderão concorrer para beneficiar as escolas situadas nas zonas mais periféricas decorrem essencialmente da informação veiculada pela DGEEC/2019/20, que apresenta as estatísticas da educação mais recentes desagregados por áreas geográficas e níveis de ensino (NUT I, II e III) salientando a importância da informação recolhida sobre as estatísticas da educação relativas a cada uma das CIM/AM.

O quadro seguinte é suportado na informação veiculada pela DGESTE e elucida sobre o número de turmas e o número de alunos que iniciaram cursos profissionais no ano letivo 2018/19, que é o seguinte:

Número de Turmas		Número de Alunos	
Escolas Públicas	Escolas Privadas	Escolas Públicas	Escolas Privadas
1 035	736	23 297	16 866

Concluiu-se que:

- a. Teremos, em termos globais, em cada ano, 1 771 turmas e 39 983 alunos a distribuir pelos Agrupamentos de Escolas públicas e pelas Escolas Profissionais.
- b. Teremos, face à correção entre escolas públicas e privadas, 1 035 turmas e 23.297 alunos nas escolas públicas e, temos 736 turmas e 16 686 alunos nas Escolas Profissionais privadas.

Atenta a distribuição conhecida da distribuição dos CTE entre escolas públicas e privadas poderemos assumir a seguinte hipótese de distribuição:

- a. ESCOLAS PÚBLICAS
 - 230 Centros Tecnológicos Especializados, sendo 195 (85%) melhorados/beneficiados e 35 (15%) novos.
- b. ESCOLAS PRIVADAS
 - 156 Centros Tecnológicos Especializados, sendo 135 (85%) melhorados /beneficiados e 21 novos (15%).

Com base na informação estatística obtida através da DGEEC propomo-nos construir dois cenários sendo que:

1. Um cenário assenta na proporcionalidade direta entre os alunos de uma CIM/AM e os alunos totais

2. Outro estriba-se num modelo misto que mobiliza medidas de discriminação positiva assumindo que uma parte é distribuída igualmente por todas as NUT III (25%) e outra proporcionalmente (75%).

3.3.2 - DESAGREGAÇÃO EM FUNÇÃO DAS ÁREAS DE FORMAÇÃO PRIORITÁRIAS

Conforme referimos supra o conjunto dos 365 CTE é desagregado consagrando a previsão de 55 novos e 310 beneficiações o que implica uma nova contabilização de CTE face à sua distribuição por áreas de formação prioritárias.

TIPOLOGIA DE CENTROS	Nº DE CENTROS
Centros de Informática,	195
Centros Industriais,	115
Centros de Energias Renováveis	30
Centros digitais e de multimédia.	25
TOTAL	365

3.3.3 - CENÁRIO DO NÚMERO DE TURMAS E DE ALUNOS A ENVOLVER

O número de CTE a criar está consignado no PRR mas tem que ser combinado com o número de alunos a envolver.

Os dados quantitativos dos CTE a criar encontram-se plasmados na segunda coluna, mas para se atingir o objetivo dos 20 000 alunos/ano importa ter em conta as restantes variáveis expressas nas colunas seguintes.

TIPOLOGIA DE CENTROS	Nº DE CENTROS	Nº TURMAS POR CTE	Nº TURMAS	Nº ALUNOS (a)
Centros de Informática,	195	2	390	9 750
Centros Industriais,	115	2	230	5 750
Centros de Energias	30	2	60	1 500

Renováveis				
Centros digitais e de multimédia.	25	2	50	1 250
TOTAL	365		730	18 250

(a) Conta feita com base em 2 turmas por cada CTE e a 25 alunos/turma.

Conforme se constatará no ponto seguinte importa fazer algumas contas para acomodar os diversos objetivos que podem passar pelo aumento de CTE e aumento do número de turmas a abrir para se atingir o objetivo dos 20 000 alunos/ano.

Ter-se-á que assumir que a distribuição constante do quadro supra não permite responder à necessidade de formar 20 000 alunos/ano, constatando-se que com turmas de 25, em média, envolvem-se apenas 18 250 alunos.

Para se atingir o objetivo dos 20 000 alunos/ano, atenta a nossa recomendação de não constituir turmas com mais que 20 alunos, importa fazer o seguinte exercício:

- a. Dividir os 20 000 alunos/ano por 2 turmas de 20 alunos = 40 alunos (2x20 alunos=40 alunos), ou seja, aumentar de 365 para 500 o número de CTE;
- b. Perceber que, neste caso, teria que haver uma sobredotação de verbas para apoio à beneficiação e construção de novos CTE o que será, certamente, incomportável;
- c. Assumir que estas medidas visam a especialização das escolas em determinadas áreas de formação, parecendo ser de recomendar o aumento do número de turmas por CTE atendendo a que esta medida não exige investimentos substancialmente mais elevados;
- d. Assumir, em qualquer caso, que a decisão de aumentar o número de turmas implicará uma maior preocupação com as ações de informação e orientação vocacional dos jovens pois o histórico das aprovações de cursos na mesma

área de formação é, presentemente, bem menor, o que requer particular atenção.

3.3.4 – CENÁRIO DO NÚMERO DE VAGAS A PREENCHER

Em consequência da reflexão efetuada no número anterior, importa delinear uma estratégia que permita atingir o objetivo dos 20 000 alunos/ano o que dependerá do número de alunos, por turma, admitindo-se que é exequível a promoção do aumento do número de CTE.

O quadro seguinte elucida sobre as diversas hipóteses que correlacionam o colocam em evidência para os seguintes valores médios/turma:

Hipótese 1	Média de 25 alunos por turma	880 turmas
Hipótese 2	Média de 22,5 alunos por turma	978 turmas
Hipótese 3	Média de 20 alunos por turma	1 100 turmas

Constata-se também que as diferentes hipóteses têm implicações diferentes que importa ter em conta, designadamente:

Relativamente à hipótese 1:

- a. Ao preconizar-se uma média de 25 de alunos/turma, esta proposta, não tem em conta que os cursos profissionais têm uma componente prática muito exigente que não se compadece com a previsão de um tão elevado número de alunos por turma;
- b. Por outro lado, e mesmo assim, não permite atingir o objetivo proposto pois o máximo de alunos que permite envolver são 18 500, faltando 1500 para atingir os 20 000;

- c. A manter-se esta orientação haveria um grave risco de prejudicar muito a qualidade da formação ministrada pois um docente não consegue acompanhar um número tão elevado de alunos ao mesmo tempo;
- d. A persistir-se neste cenário ter-se-ia que se prever o acréscimo de custos resultante do desdobramento das turmas, na componente prática dos cursos, em cerca de 23% do valor das tabelas de custos simplificados.

Face ao acima expresso consideramos que este cenário não será realista pois não tem em conta que o máximo de alunos por turma com alunos objeto de medidas de apoio à inclusão é de 20 alunos, e sempre implicaria o desdobramento das turmas e o aumento do número de turmas para se atingir a meta dos 20 000 alunos/ano.

Relativamente à hipótese 2:

- a. Preconiza a constituição de turmas a uma média de 22,5 alunos/turma que é a média entre os 25 preconizados e os 20 alunos (número máximo de alunos quando as turmas tenham com alunos objeto de medidas de inclusão);
- b. Com este número médio de alunos de 22,5 em cursos profissionais com uma componente prática igualmente exigente, também não é realista este número de alunos atenta a qualidade da formação pois um docente não consegue acompanhar um número igualmente elevado de alunos ao mesmo tempo;
- c. Este cenário implicaria sempre o desdobramento das turmas e o acréscimo de custos resultante dessa situação;
- d. Para se atingir o número de 20 .000 alunos por ano/CTE, só é possível atingir esse objetivo com o aumento do número de turmas.

Face ao acima expresso consideramos que este cenário não é igualmente realista pois não tem em conta que o máximo de alunos por turma com alunos objeto de medidas de apoio à inclusão é de 20 alunos, e sempre implicaria o desdobramento das turmas e o aumento do número de turmas para se atingir a meta dos 20 000 alunos/ano.

Relativamente à hipótese 3

- a. O cenário 3 preconiza a constituição de turmas com uma média de 20 alunos/turma que acomoda os alunos objeto de medidas de apoio à inclusão;
- b. Com este número médio de alunos/turma poder-se-á assegurar minimamente a qualidade da formação;
- c. Para se atingir o número de 20 000 alunos por ano/CTE, importa ter em conta que só é possível atingir esse objetivo com o aumento do número de turmas.

Consideramos que o cenário 3 é o mais realista face às lições da experiência em que a média de alunos/turma não ultrapassava os 20 alunos, tem em conta que a média atual de alunos/turma ronda também os 20 alunos.

Consideramos que a forma de atingir o objetivo de integrar 20 000 alunos/ano previsto no PRR será de associar, não 2, mas 3 turmas, em cada um dos 365 CTE pois:

- a. Os 20 000 alunos a dividir por 365 CTE dá 54,79 alunos;
- b. Os 54,79 alunos correspondem a 3 turmas de 18,3 alunos cada.

ou, em alternativa, aumentar o número de CTE o que deverá ser de afastar atendendo à insuficiência de verbas.

3.3.5 - INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

Importa, que se tenha em conta a necessidade de acautelar a adoção de relativo à informação e orientação vocacional e profissional dos alunos que terminam o ensino básico, pois, se essas ações não forem mobilizadas, corremos o risco de ver desertas muitas ofertas formativas.

3.3.6 - DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES PARA A TOMADA DE DECISÕES

É hoje consabido que informação e a orientação vocacional são os principais pré-requisitos para uma boa decisão sobre a orientação vocacional.

A realização de entrevistas, visitas e organização/ desenvolvimento de portefólios com o concurso de equipas multidisciplinares ao longo do terceiro ciclo do ensino básico estimulam permanentemente os alunos/pais e encarregados de educação para a tomada de decisão.

3.3.7 - ENVOLVIMENTO DOS INTERVENIENTES

Cabe aos profissionais de educação, segundo a literatura e a nossa experiência, um papel central na orientação vocacional, quer pela interação privilegiada que têm com as jovens, quer pela continuidade da ação orientadora que lhes poderão imprimir.

A este nível, existe uma grande necessidade de sensibilizar e preparar os profissionais que trabalham neste setor para as questões do desenvolvimento vocacional ao longo do percurso escolar e não apenas no 9º ano, importando:

- a. Promover o reconhecimento da importância dos SPO e das Equipas Multidisciplinares no desenvolvimento vocacional dos jovens;
- b. Conhecer as necessidades do tecido económico e social, as relevâncias regionais que se encontram definidas no SANQ e a capacidade instalada nas escolas públicas e privadas;
- c. Abandonar, no decurso do ensino básico, as tendências corporativas para orientar os jovens prioritariamente para cursos científico-humanísticos em detrimento dos cursos profissionais;
- d. Assumir que o paradigma tem que mudar tendo em conta as prioridades expressas no PRR que constam deste documento sob pena de incidirem sobre o Estado Membro as penalizações pelo desvio dos objetivos traçados no PRR.
- e. Promover o conhecimento acerca da especificidade do desenvolvimento neste domínio, devendo, em cada CIM/AM ser considerada a planificação conjunta de um programa com objetivos, atividades a desenvolver, linguagem utilizada para que os jovens e famílias façam escolhas informadas.

A este propósito deixamos nota de que é preciso passar da teoria à prática e dar corpo às orientações que a ANQEP anualmente produz sobre esta matéria, mas que invariavelmente são esquecidas.

Deixamos nota também de que, em face das prioridades e medidas preconizadas no PRR, estamos em presença de um novo paradigma que assenta na especialização das escolas, e na consagração de um conjunto muito bem definido de áreas de formação.

Esta nova orientação implica a adoção de medidas em todas as escolas no que concerne à orientação vocacional que, a não serem desenvolvidas, deitarão a perder todo o esforço empreendido pelo governo para valorizar e priorizar um conjunto de áreas de formação relevantes.

Importa que se tenha em conta que, nesta altura, são poucas as escolas que oferecem mais do que um curso na mesma área de formação e o que se requer é que esses centros sejam dotados, em princípio, com três turmas.

3.3.8 – NECESSIDADE DE REFORÇO DE CAPACITAÇÃO DOS FORMADORES

Atendo o apetrechamento dos CTE com equipamentos de ponta admite-se como muito provável a necessidade de capacitação/formação complementar e um largo conjunto de formadores.

A metodologia a seguir para se colocarem os formadores ao nível exigido, face aos novos referenciais de formação, vai no seguinte sentido:

- a. Avaliação diagnóstica dos atuais conhecimentos/competências;
- b. Posicionamento face ao novo referencial da formação;
- c. Formação complementar para colmatar as insuficiências detetadas.

3.3.9 – REDE DE TRANSPORTES E REFORÇO DOS ESPAÇOS RESIDENCIAIS PARA ESTUDANTES DOS CURSOS PROFISSIONAIS

Sendo o incremento do ensino profissional um desígnio nacional e uma ação estratégica para os municípios e regiões sublinha-se que as Escolas Profissionais tudo fazem no sentido de proporcionar aos alunos as melhores condições em termos de instalações, equipamentos e recursos didáticos, mas importa fazer de nada vale esse esforço se os jovens não tiverem condições para se deslocarem da sua residência para a Escola e vice-versa.

Importa que se tenha a noção de que, com exceção dos grandes centros urbanos é muito evidente a falta de uma rede de transportes públicos nos restantes municípios o que significa que os jovens não encontram, como seria normal, uma rede de transportes escolares, municipais e intermunicipais que respondessem às necessidades individuais e grupais.

Por esse facto a organização da rede de CTE será inexoravelmente prejudicada se não se mobilizarem recursos do PRR também para melhorar a rede de transportes dos alunos e, também, criar condições de alojamento em edifícios condignos.

Importa efetivamente investir na construção de residências estudantis destinadas aos alunos dos cursos profissionais residentes fora dos circuitos escolares de proximidade e perceber que existem muitas lacunas no domínio dos transportes escolares.

Importa que se perceba que dentro da área geográfica de qualquer dos municípios, mesmo dos maiores, não existem ofertas em todas as áreas de formação e nem sequer, em muitos deles, as quatro consideradas agora prioritárias em termos de especialização.

Por isso impõe-se a criação de uma rede de residências estudantis que, eventualmente, em algumas zonas do país, poderão ser articuladas com a rede que está a ser organizada e planeada para os alunos dos cursos superiores.

3.3.10 - PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Atendendo a que os prazos são muito exigentes e atendendo a que alguns projetos podem implicar a elaboração e a aprovação dos projetos pelas autarquias locais, importa que os Regulamentos e Avisos sejam publicados o mais cedo possível e

tenham alguma latitude para que os operadores possam organizar os processos atempadamente.

4 - ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS CONSTANTES DO PLANO DE ATIVIDADES

No Plano de Atividades para 2021, aprovado em Assembleia Geral realizada em dezembro de 2020, via zoom, foram identificadas as seis áreas de intervenção específicas e definiu-se dentro delas um conjunto de objetivos para o desenvolvimento e consolidação da ANESPO e das escolas profissionais.

Contudo, o início de 2021 foi particularmente marcado pelos efeitos da pandemia, aumentando substancialmente o número de pessoas contaminadas e de mortes provocadas pela Covid-19. As escolas voltaram a encerrar e toda a atividade teve de se adaptar às novas exigências e ao novo contexto.

As restrições foram sendo progressivamente reduzidas até ao final do ano letivo e ensaiou-se a plena abertura presencial do novo ano letivo, 2021/2022, embora ajustando as condições de funcionamento à realidade concreta de cada escola.

Naturalmente, ações previstas no Plano de Atividades foram comprometidas e adiadas, mas realizaram-se outras não previstas, fruto das circunstâncias ditadas pela nova situação.

Dentro deste contexto, elencamos a seguir as atividades programadas nas diversas áreas de intervenção específica, identificando os resultados e refletindo sobre o seu grau de concretização.

4.1 - AFIRMAÇÃO INSTITUCIONAL DA ANESPO E DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS

O ano de 2021 caracterizou-se pela manutenção do clima relacional favorável com o Governo, em particular com a equipa do Ministério da Educação, bem como com

a Assembleia da República e a Presidência da República e as autoridades regionais da Madeira e dos Açores.

Particularmente depois da declaração do estado de emergência e da passagem das escolas para o ensino e formação a distância, foram sendo estabelecidos contactos regulares com os assessores, para a área da educação, da Casa Civil do Presidente da República, para poderem informar o Presidente da República sobre a forma como as escolas profissionais estavam a lidar com a crise pandémica.

Com o mesmo objetivo, mantivemos contactos permanentes com a equipa do ME sendo realizadas 4 reuniões formais – presenciais e virtuais – 3 com o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, João Costa e uma com o ME.

Quanto às regiões autónomas, mantiveram-se as relações regulares com os respetivos governos regionais. No que respeita à RAA, no final de 2020 registou-se mudança de governo, para uma coligação liderada pelo PSD, mantendo-se ao longo de 2021 a cooperação estreita que levou à participação da Direção da ANESPO nas actividades do Forum Regional das Qualificações, realizado no final do ano. No cumprimento de um dos pontos do seu Plano de Atividades foi levado a cabo um périplo pelas escolas da ilha de São Miguel envolvendo a Direção Regional para a Qualificação e Emprego, vários atores locais nele se tendo integrado a Senhora Presidente do CNE Maria Emília Brederote dos Santos o que permitiu dar mais visibilidade aos projetos educativos e formativos das escolas, alertar para os problemas com os quais estão confrontadas e sensibilizar o governo regional para as medidas a tomar no novo período de programação.

A participação nos órgãos de consulta institucionais em que a ANESPO tem assento foi assegurada de forma regular, sendo de destacar a participação nas reuniões plenárias do CNE, nas reuniões da CS11 – Instituto Português da Qualidade e nas reuniões do Comité de Acompanhamento do POCH, em representação da CNEF.

Relativamente à ANQEP para além da participação na reunião do Conselho Geral para aprovar o Plano de Ação refere-se o acompanhamento do processo de lançamento de um novo Concurso Público Internacional para a atualização do CNQ para prosseguir com a atualização do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Recorda-se que houve um concurso anterior, lançado em 2020, constituído por 22 lotes, correspondendo cada um a uma área profissional e de qualificação que foi anulado pela ANQEP e que a ANESPO liderou um consórcio que se candidatou a 19 dos 22 lotes, contando com o apoio e contributo ativo de diversas entidades associadas em consórcio onde estão representados parceiros sociais, empresas de consultadoria, universidades e politécnicos.

Os resultados transmitidos no final do verão, apontam para que o consórcio liderado pela ANESPO assumira a responsabilidade por oito lotes, contudo, até final do ano o respetivo contrato ainda não havia sido assinado.

No que respeita ao CCT, processo que decorre no âmbito da CNEF, tendo sido realizadas várias reuniões regulares de trabalho com a FNE para acordar alterações a introduzir em 2022. Em paralelo, continuaram as negociações com a FENPROF sem se ter encontrado acordo até ao encerramento do ano.

No que respeita aos contactos com os países de língua oficial portuguesa, dadas as incidências da crise pandémica, no decurso do ano de 2021, não se assinalaram progressos significativos em 2021, nomeadamente no âmbito do Projeto SAAM que é uma iniciativa piloto da Comissão Europeia, envolvendo escolas de 17 países africanos. A pouco e pouco as atividades foram sendo retomadas e realizadas mobilidades apenas no sentido Europa/África sendo de referir que as atividades previstas irão permitir trocas de experiências envolvendo professores e responsáveis de escolas de África que virão fazer estágios em Portugal.

No que respeita à afirmação da ANESPO e das escolas profissionais junto do público em geral, das empresas e dos pais e encarregados de educação, as circunstâncias impuseram a realização de nova edição da campanha de comunicação sob a marca Escolas Profissionais de Portugal que, tendo como objetivo imediato sensibilizar alunos do final do básico para as nossas ofertas, contribuiu também para uma divulgação mais ampla da realidade e do potencial das nossas escolas.

Evidenciamos a seguir as ações previstas no Plano de Atividades e o respetivo grau de concretização:

<p>a. Reafirmação do papel das escolas profissionais junto dos ministérios e das secretarias regionais que tutelam as escolas profissionais, respetivamente, no continente e nas regiões autónomas designadamente através:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Audiências com membros do governo a nível nacional e regional; • Audiências com Grupos Parlamentares; • Reuniões com as estruturas desconcentradas da administração central (CCDR) e local (CIM/AM). 	70%
<p>b. Participação ativa nos órgãos de consulta institucionais em que a ANESPO tem assento, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselho Nacional de Educação (CNE); • Conselho Consultivo da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP); • Comité de Acompanhamento do POCH; • Comissão Setorial de Educação do Instituto Português da Qualidade (CS11). 	90%
<p>c. Reforçar o contato com os representantes dos agentes económicos e sociais, nomeadamente as associações sindicais e patronais, no sentido de sensibilizar e motivar para a situação das escolas profissionais e os obstáculos ao desenvolvimento dos seus projetos educativos.</p>	70%
<p>d. Organizar o Congresso das Escolas Profissionais como</p>	10%

momento de balanço e afirmação do papel insubstituível das EP na qualificação de jovens e na dinamização do tecido económico e social nacional e local.	
e. Continuar as negociações com os sindicatos em torno do CCT.	90%
f. Intensificar e aprofundar contactos com as autoridades dos PALOP e CPLP, tendo em vista equacionar a realização de trabalho cooperativo.	10%
g. Continuar a promover a ANESPO e as escolas profissionais junto da opinião pública, dos jovens e das famílias, nomeadamente através de divulgação de boas práticas e resultados alcançados pelas escolas e por diplomados com cursos profissionais.	70%

4.2 - QUADRO REGULAMENTAR E MODELO DE FINANCIAMENTO DOS CURSOS PROFISSIONAIS

No que respeita ao quadro legal e regulamentar refere-se que operacionalização do conjunto de instrumentos decorrentes da entrada em vigor dos DL 54 e 55 de 2018, sobre flexibilidade curricular e escola inclusiva, em 2021 foram no essencial seguidas as pegadas do ano anterior quando, a partir de meados de março desse ano, as escolas profissionais foram confrontadas com a necessidade de promover respostas flexíveis, face a circunstâncias imprevistas e inesperadas provocadas pela crise pandémica, no sentido de assegurar que todos os alunos, sem exceção, continuassem ligados à escola no processo de ensino/aprendizagem.

Os ajustamentos da atividade das escolas face ao contexto legal que enquadrava a atividade das escolas face à crise pandémica foi sendo progressivamente assumida e a adaptação das escolas a uma nova normalidade foi marcante no início do ano letivo 2021/2022 o que, mesmo com ajustamentos pontuais caso a caso, permitiu

vislumbrar novas perspectivas sem perder de vista as lições desta vivência de quase dois anos sob o signo da pandemia.

No que se refere ao quadro legal e ao regime de acesso dos alunos do ensino profissional ao ensino superior refere-se que houve um avanço significativo na medida em que os alunos que terminam com sucesso os cursos profissionais podem matricular-se diretamente nos CTESP ou para outras opções fazendo as provas específicas para ingresso no restante leque de cursos superiores disponíveis.

Outra das frentes prioritárias de intervenção em 2021 relaciona-se com as condições de frequência dos cursos profissionais por alunos estrangeiros sem autorização de residência permanente. Uma vez mais, também devido à inércia introduzida nos dispositivos regulamentares em período de transição de quadros, não foi possível progredir, mas criou-se um clima de maior consciência sobre a necessidade imperiosa de encontrar uma solução ajustada.

No que se refere à situação financeira das escolas profissionais e à sinalização das medidas a tomar, conforme amplamente se refere no ponto 2 do presente Relatório, o problema do financiamento das escolas com apoio FSE, em particular via POCH, constituíram uma grande fonte de preocupação e da intervenção da ANESPO em 2021 e por isso foram preparados e remetidos à tutela dois memorandos, sendo um, sobre as perspectivas financeiras no horizonte 2030 e outro sobre as medidas de apoio às Escolas Profissionais previstas no Eixo 6 do PRR dentre as quais se destaca a previsão da criação de 365 CTE – Centros Tecnológicos Especializados nas escolas públicas e privadas, até 2025.

Ainda no quadro do financiamento das escolas no âmbito do PT2020 e das candidaturas em curso, refere-se que, no que respeita aos fluxos de financiamento, se alcançou uma situação de quase normalidade, com os pagamentos a serem efetuados pelo POCH sem grandes atrasos.

Recorda-se que a escassez de recursos programados inicialmente no programa setorial, obrigou a sucessivos ajustamentos desde 2019 e que, fruto da falta de verbas no POCH os financiamentos para ciclos de formação 3 anos foram

descontinuados, passando a ser celebrados contratos com o horizonte temporal de um ou dois anos letivos e a necessidade de adoção de planos de contingência contribuiu para o lançamento dos concursos com atrasos e, conseqüentemente, para o alargamento dos prazos para análise e decisão, bem como de pagamento dos adiantamentos.

Refere-se também que a solução construída em 2021, depois de 2 anos em overbooking, implicou o recurso a antecipação de créditos por conta do período de programação de 2021/2027, ou seja, mesmo antes de haver novos Programas Operacionais, já estão a ser consumidas as futuras dotações.

No que respeita à AML e ao Algarve, com financiamento exclusivamente nacional por via da DGEstE, realçamos a estabilidade nos fluxos financeiros dos cursos profissionais e dos CEF.

No que respeita às regiões autónomas, assinala-se que não houve problemas com a fluidez dos pagamentos.

Tendo em conta os objetivos definidos no Plano de Atividades de 2021, referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

<p>a. Acompanhar a implementação do quadro regulamentar e dos mecanismos de financiamento das ofertas formativas das escolas profissionais reclamando a melhoria das condições financeiras, sem as quais estará em perigo a qualidade das prestações educativas e formativas.</p>	<p>90%</p>
<p>b. Adotar uma postura proactiva no que concerne à implementação das mudanças em curso, assentes nas aprendizagens essenciais, na gestão flexível do currículo e na valorização da educação inclusiva.</p>	<p>70%</p>
<p>c. Contribuir para acabar com as discriminações no acesso ao ensino superior pelos alunos que completam</p>	<p>80%</p>

o secundário através dos cursos profissionais.	
d. Acompanhar e propor soluções às entidades regionais dos Açores e Madeira relacionadas com o funcionamento e financiamento dos cursos profissionais e outras modalidades desenvolvidas pelas escolas em cada uma das regiões.	75%
e. Acompanhar e apresentar propostas tendo em vista garantir a igualdade nas condições de acesso aos cursos profissionais e CEF aos jovens que vivem em regiões de baixa densidade e menor oferta apostando na melhoria das redes de transportes e nas condições de alojamento estudantil.	70%
f. Reiterar a necessidade de diversificação das ofertas formativas e dos mecanismos de financiamento, permitindo às EP complementar a formação de nível 4 com formação especializada de nível 5, através da oferta de CET.	50%
g. Suscitar junto do Governo que sejam criadas condições de acesso de alunos estrangeiros aos cursos profissionais, em particular aos que não têm autorização de residência permanente, tendo em vista criar um quadro estável e coerente.	50%

4.3 - OTIMIZAÇÃO DO MODELO PEDAGÓGICO E CONSOLIDAÇÃO DE SISTEMAS DE QUALIDADE

Os instrumentos decorrentes da entrada em vigor dos DL 54 e 55 de 2018, permitiram otimizar o modelo pedagógico das escolas em geral e permitir às

escolas profissionais refletir sobre as vantagens da flexibilidade curricular e da escola inclusiva.

Em 2021 foram, no essencial seguidas as pegadas do ano anterior, quando a partir de meados de março as escolas profissionais foram confrontadas com a necessidade de promover respostas flexíveis, face a circunstâncias imprevistas e inesperadas, no sentido de assegurar que todos os alunos, sem exceção, continuassem ligados à escola no processo de ensino/aprendizagem.

O ensaio de regresso à escola na sua plenitude no início do ano letivo 2021/2022, mesmo com ajustamentos pontuais caso a caso, permitiu vislumbrar novas perspetivas, reter as lições desta vivência de quase dois anos sob o signo da pandemia, o que se veio a refletir nas Jornadas Pedagógicas, que não estavam programadas inicialmente, realizadas em novembro e focadas nas perspetivas de funcionamento pedagógico no horizonte de 2030.

Outra dimensão pela qual a ANESPO tem puxado com muita insistência, respeita à integração dos cursos profissionais no Catálogo Nacional das Qualificações (CNQ) e, conseqüentemente, à necessidade de o revitalizar e ajustar às necessidades e desafios da economia e da sociedade atuais.

Refere-se que a ANQEP decidiu lançar em 2020 um concurso internacional, dividido em 22 lotes setoriais, no sentido de fazer o diagnóstico e apostar numa abordagem integradas do CNQ. Ciente das suas responsabilidades, a ANESPO liderou um vasto consórcio com empresas, universidades e parceiros sociais que se candidatou a quase todos os lotes, contando com a colaboração de técnicos e quadros das escolas profissionais. Infelizmente, por razões processuais, o concurso foi anulado em 2020 e foi relançado em 2021, voltando a ANESPO a apresentar-se com o consórcio referido. No final do verão, a ANESPO foi notificada de que a sua proposta tinha sido selecionada para fazer o trabalho de oito lotes. Infelizmente, até final de 2021 não foi ainda desencadeado o processo de contratualização envolvendo a ANESPO e as entidades a quem foram atribuídos os outros lotes.

No que se refere aos processos tendentes a aumentar os níveis de qualidade na gestão das escolas profissionais salienta-se que os processos relacionados com o

alinhamento das escolas profissionais com sistemas de qualidade, tendo como referência as Norma ISO 9001 e o EQAVET, mobilizou a ANESPO e as escolas profissionais em 2019 e em 2020 e, parcialmente, em 2021.

Este processo permitiu às Escolas Profissionais com um significativo contributo da ANESPO apresentarem-se com Projetos Educativos mais sólidos e as dinâmicas de trabalho em rede e de troca de experiências permitiu alcançar patamares de qualidade das respostas educativas e formativas bastante significativas.

Embora o processo tenha sido ligeiramente dilatado no tempo pelas circunstâncias da pandemia e pelo facto das escolas terem estado encerradas durante alguns meses, constatou-se que, no final do ano, a esmagadora maioria das escolas associadas da ANESPO obtiveram o respetivo selo, pelo período de 3 anos, o que projeta novo grande esforço de renovação a partir de 2022. Refere-se também que um pequeno conjunto de escolas obtiveram certificação por apenas um ano e, nesse caso, tiveram oportunidade de retomar os processos em 2021 e obter a certificação também pelo prazo máximo.

Saliente-se o grande contributo dado pela ANESPO/CEFANESPO para o sucesso desta iniciativa, designadamente no que se refere ao financiamento obtido através do POCH e do envolvimento de 4 empresas com experiência em gestão de qualidade, assegurando apoio e segurança na elaboração dos processos de certificação de quase 90 escolas, algumas das quais não associadas.

Referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

<p>a. Afirmação da lógica da inovação pedagogia disruptiva, como marca distintiva das práticas pedagógicas das escolas profissionais concorrendo para a reafirmação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Da potenciação das virtualidades da estrutura modular e macro modular; • Da aposta na pedagogia do projeto e no trabalho em 	<p>80%</p>
---	------------

<p>grupo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Da consagração da pedagogia da individualização como fator integrador, • Da potenciação da alternância entre a formação na escola e a formação em contexto de trabalho. 	
b. Alargamento a outras áreas de formação e generalização da experiência piloto em curso no que respeita à organização dos cursos profissionais com base em resultados de aprendizagem.	60%
c. Adoção de uma postura de organização aprendente que tira partido das lições da experiência e as põe ao serviço da melhoria contínua dos projetos educativos e formativos.	30%
d. Envolvimento ativo na revisão do Catálogo Nacional de Qualificações, processo lançado pela ANQEP e que deverá ter significativos desenvolvimentos em 2022.	70%
e. Apoio às escolas com vista à consolidação e aprofundamento dos seus sistemas de qualidade, uma vez obtida a certificação EQAVET, que em muitos casos reforça e complementa a certificação antes obtida com base na norma ISO 9001.	90%

4.4 - CONTRIBUIÇÃO PARA CONCRETIZAÇÃO DAS POLÍTICAS NACIONAIS E DOS OBJETIVOS COMUNITÁRIOS

Conforme com mais detalhe se deixou dito no ano de 2021 a ANESPO ocupou-se com muito afinco na preparação de dois documentos estruturantes entregues à tutela com as linhas de orientação que o governo deveria seguir com vista à

concretização das políticas nacionais e da União Europeia relativas às vertentes da educação e formação de jovens e de adultos em linha com as necessidades do tecido económico e social.

Os dois Memorandos/Propostas refletem, em termos gerais, o essencial das preocupações e reivindicações das Escolas Profissionais e espera-se, agora, que o programa do futuro governo e os regulamentos nacionais e comunitários, que se espera sejam aprovados em breve, evidenciem essas mesmas preocupações.

No que concerne à atividade das escolas na implementação das políticas nacionais e o cumprimento dos indicadores de realização e de resultados no quadro das candidaturas apresentadas, malgrado a crise pandémica provocada pela COVID-19, e as consequentes mudanças nos processos de ensino/aprendizagem, de regime presencial para ensino a distância, híbrido, misto, o ano de 2021, resultou bem evidente o esforço empreendido pelas EP para não deixar nenhum aluno para trás e assegurar que completassem os seus cursos com o máximo cumprimento dos objetivos pedagógicos.

Realça-se o facto de os resultados alcançados terem atrás de si uma trajetória de mais de três décadas de inovação pedagógica empreendida, desde que as primeiras escolas profissionais abriram em 1989. Esta evidente mais-valia foi devidamente reconhecida em 2021 quando foi inequivocamente reconhecido o contributo dos cursos profissionais e das escolas profissionais na redução substantiva do abandono escolar precoce.

Este facto fez com que, no alinhamento de Portugal com os restantes países da União Europeia, se tivessem ultrapassado as metas fixadas no PT2020, especialmente se tivermos em conta que há três décadas o abandono escolar precoce em Portugal era dos mais elevados na Europa situando-se acima dos 30% e, neste ínterim, foi possível reduzir para menos de 10%.

Na mesma linha de aproximação dos indicadores nacionais aos da União Europeia está a percentagem de alunos a frequentar o ensino superior que superou a meta dos 40% estabelecidos nos Programas acordados com a União Europeia.

Lamenta-se naturalmente que não tivesse havido a mesma preocupação com a aproximação da percentagem de alunos do ensino secundário a frequentar cursos profissionais cuja meta seria atingirmos a média da União Europeia que já ultrapassa os 50% no mesmo período temporal mas, infelizmente, ainda estamos longe desse objetivo.

a. Concorrer para que o incremento das qualificações seja uma realidade ao nível nacional e da União Europeia tendo em vista a promoção do emprego, a promoção da inclusão social e o combate ao abandono escolar precoce.	80%
b. Combater o abandono escolar precoce apelando à identificação dos centros de interesse dos jovens que frequentam o último ciclo do ensino básico tendo em vista orientá-los em função das duas vias constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).	90%
c. Criar estímulos e apoios específicos aos alunos mais desfavorecidos com vista a promover o sucesso educativo e formativo, tendo em conta a necessidade de estabelecimento de mínimos sociais e a eventual necessidade de mediação social e educacional.	70%
d. Contribuir para o cumprimento das metas europeias relacionados com as políticas de educação, qualificação, emprego e a inclusão social apostando na integração de 50% dos alunos em percursos qualificantes.	60%
e. Contribuir para a operacionalização das iniciativas comunitárias relacionadas com estágios e intercâmbios, como o Programa ERASMUS+.	90%

4.5 - VIDA ASSOCIATIVA, ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA E MELHORIA DO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

Apesar dos constrangimentos e da situação adversa, em 2021 foi assegurado o funcionamento regular dos órgãos. Assim, a Direção manteve o ritmo regular de reuniões mensais, a Assembleia Geral reuniu por duas vezes, realizaram-se 2 sessões das Assembleias Regionais de cada região do Continente, bem como das regiões autónomas.

Com as necessárias adaptações resultantes de cada situação temporal no que respeita a restrições e cuidados associados à pandemia, foi possível manter a atividade normal, entre o presencial e o misto, parte presencial e outra parte a distância, ou apenas de forma virtual.

Em 2021 a ANESPO reforçou a sua representatividade com a adesão de cinco novas entidades promotoras de cursos profissionais, alargando para 158 o número de associados ativos.

A participação regular na CNEF foi assegurada, tendo como referência particular a negociação e implementação do CCT, e estratégias de coordenação das intervenções das entidades provadas que operam na educação, bem como manteve a participação regular nas estruturas da CCP, beneficiando de informações relevantes e participando no debate sobre diferentes temáticas, nomeadamente as abordadas no Conselho Económico e Social e na CPCS onde a confederação tem assento.

A nível internacional, a ANESPO continua a assegurar a participação regular nas atividades desenvolvidas pelo EfVET e pela EFEE, neste último caso, através da participação via CNEF, sendo que, de uma forma geral, as iniciativas programadas decorreram sobretudo em ambiente virtual.

Foi ainda assegurado o contacto regular com as associadas, nomeadamente através do envio de 233 Notas Informativas contendo informação relevante e alertas para

temáticas pertinentes e do interesse das associadas o que, na prática, corresponde, em média, a uma NI por cada dia útil do ano.

Ao longo de 2021, a ANESPO lançou 11 inquéritos junto das suas associadas visando ter informação credível e sustentada sobre diferentes problemáticas ou ajudar na tomada de decisão sobre dimensões relevantes da vida das escolas, em particular sobre a oferta formativa e as respostas à crise.

Finalmente, refira-se que em 2021 foram desenvolvidos novos esforços no sentido da revitalização do CEFANESPO, que teve um papel relevante nos dois anos anteriores, na coordenação do apoio às escolas que trabalharam com a ANESPO na implementação do EQAVET. Salienta-se que, a partir de agosto de 2021, o CEFANESPO ficou certificado como entidade formadora pela DGERT estando habilitado a organizar formações que sejam do interesse dos associados e certificar a frequência aos participantes.

Refere-se também que o CEFANESPO tem tido ainda um papel fundamental na dinamização, desde setembro de 2021 e por dois anos, das atividades do Projeto SIAC/Empreendedorismo, financiado pelo COMPETE, de que beneficiam um conjunto significativo de associadas das regiões Norte e Centro.

Relativamente aos objetivos definidos no Plano de Atividades de 2021, referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

a. Apetrechar a ANESPO e o CEFANESPO para contribuírem com oferta formativa adequada às exigências atuais e necessidades das associadas, tendo como referência levantamento de prioridades.	70%
b. Continuar a participar ativamente na CNEF enquanto estrutura agregadora das principais entidades privadas que intervêm nos domínios da educação e da formação.	90%
c. Potenciar as vantagens decorrentes da filiação na CCP, através de uma maior participação na vida da	80%

confederação, do recurso aos seus serviços e da participação nas estruturas tripartidas, nomeadamente de concertação social.	
d. Continuação dos trabalhos de modernização dos serviços da ANESPO, dotando-os de maior capacidade de resposta às questões colocadas pelos associados, quer na sede quer na delegação do Norte.	90%
e. Trabalhar no sentido de aumentar o número de associados e criar mecanismos que potenciem o aumento da sua participação na vida da Associação.	80%
f. Implementar o projeto “SIAC Empreendedorismo” aprovado pelo Programa COMPETE, tendo como objetivo promover o Empreendedorismo Jovem.	70%
g. Potenciar as oportunidades abertas pela participação da ANESPO enquanto associada do EFVET e da EFEE, nomeadamente no quadro do aprofundamento da reflexão pedagógica e realização de estudos comparados.	60%

4.6 - PROJETOS E PARCERIAS

A ANESPO continuou a assegurar a participação regular nos projetos ERASMUS+ em que é ou foi, ou continua a ser, parceiro.

São projetos relacionados com problemáticas importantes para as escolas profissionais, nomeadamente a orientação vocacional e profissional, a ligação das escolas às empresas e a organização da formação em contexto de trabalho, a promoção da qualidade dos estágios e das mobilidades internacionais, a dimensão das Soft Skills como determinantes no mercado de trabalho, nos quais, na medida do possível e das necessidades foi assegurado o envolvimento de várias associadas.

Em 2021 foi encerrado o projeto Quality +(KA2), que, na linha do que estava preconizado, se focou em vários aspetos da documentação inerente aos alunos e escolas que efetuam mobilidades Erasmus KA1.

Também, no decurso do ano, a ANESPO continuou a assegurar a sua participação no projeto SAAM – Supporting Alliance for African Mobility, que é um consórcio composto por 27 organizações, de oito países da União Europeia e dezassete países africanos, cujas atividades, sobretudo de mobilidade Europa/África e África/Europa foram condicionadas pela pandemia, mas que, na medida do possível, se realizaram de forma presencial e/ou virtual.

Recordamos que este é um projeto piloto que se prolonga até 2024 e que antecede uma nova linha do Erasmus+ focada no reforço da capacitação no domínio da educação e da formação profissional, cobrindo a Europa, África, América e outras latitudes.

Sublinha-se que a ANESPO participa ainda em mais dois projetos, aprovados no ano 2020, cujas atividades se prolongaram por 2021: TRANSVAL-EU – Validation of Transversal Skills Across Europe e PRALINE - Promoting Adult Learning In Networks.

Relativamente aos objetivos definidos no Plano de Atividades de 2021 referimos a seguir as ações previstas e o respetivo grau de concretização:

a. Assegurar a divulgação junto das associadas do novo programa ERASMUS+ e outros programas e linhas de financiamento comunitárias e nacionais.	90%
b. Equacionar a constituição de novas parcerias, nomeadamente no âmbito dos países de expressão portuguesa ou de programas comunitários.	50%
c. Dar continuidade aos projetos em curso, na perspetiva de que abrem horizontes para novos enquadramentos como as relações Europa/África e o diálogo social na educação no	80%

espaço europeu.	
d. Analisar de forma mais consistente as possibilidades de intensificar a cooperação com os países da CPLP, quer na cooperação técnica, quer quanto à estabilização de regras claras relativas à frequência de cursos profissionais por alunos estrangeiros.	50%

4.7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2021, tal como no ano anterior, a atividade da ANESPO foi particularmente marcada pelos impactos da pandemia e a necessidade de desenvolver respostas adaptativas ajustadas à dinâmica da pandemia e das medidas gerais para travar a sua evolução, proteger a saúde dos cidadãos em geral e salvar vidas.

No decurso do ano, os velhos problemas com os quais as EP se confrontam relacionados, designadamente, com o subfinanciamento das atividades educativas e formativas decorrente do corte dos valores das tabelas e da não atualização das mesmas pelo menos face à inflação, as dificuldades inerentes à constituição e funcionamento das turmas agravadas com os cortes em função das desistências e as limitações aos apoios aos alunos, designadamente, em matéria de encargos com transportes nas zonas mais periféricas do país, nunca foram esquecidos, mas, antes pelo contrário, fizeram sempre parte da agenda em todas as situações em que houve diálogo com os diversos ministérios.

No mesmo sentido foram as preocupações veiculados pela ANESPO resultantes da crise pandémica e a reclamação de medidas mais robustas de apoio às escolas que tiveram tradução prática nas novas soluções de resposta europeia, nomeadamente, os mecanismo de recuperação e resiliência, traduzido no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que comporta uma dotação significativa de recursos a que podem aceder as escolas profissionais para renovação ou criação de Centros Tecnológicos Especializados (CTE). Muitas medidas integradas no PRR evoluíram

um pouco em 2021 sendo de referir que, infelizmente, os CTE apenas deverão conhecer as formas de implementação em 2022.

Um outro impacto da pandemia e também da crise política, tem sido, sem dúvida, o generalizado atraso na operacionalização da nova programação do Portugal 2030, chapéu que serve para enquadrar os fundos estruturais para o período 2021/2027 e que sucede ao Portugal 2020. É um atraso registado em todos os países europeus, mas que, no caso das escolas profissionais, tem particular impacto, tendo sido encontrada uma situação transitória para financiamento do ano letivo 2021/2022, com recurso a antecipação de fundos do próximo quadro, com recurso a instrumentos do Portugal 2020 cujas operações deverão fechar até final de 2023.

Realça-se que, apesar das dificuldades, a oferta formativa no novo ano letivo manteve-se no essencial aos níveis dos anos anteriores tendo-se registado um muito ligeiro incremento do número de turmas, mas constata-se uma redução do número de alunos, em relação a 2020/2021.

Em síntese, no decurso do ano de 2021 as escolas profissionais corresponderam, de forma positiva, aos grandes desafios com que foram postas à prova, revelando estar preparadas para os novos tempos incertos, condicionados pela evolução da pandemia.

A ANESPO e as escolas profissionais demonstraram ter uma grande capacidade de resiliência, uma postura positiva e proativa perante as circunstâncias adversas, embora não tenha sido possível progredir em algumas dimensões mais críticas que condicionam a nossa atividade e limitam a nossa operacionalidade.

O final de 2021 trouxe consigo alguma acalmia, uma certa bonança, em relação à progressão dos efeitos da pandemia, abrindo a possibilidade de regresso a uma nova normalidade, assente nas experiências destes dois anos que abalaram o nosso mundo.

Esperamos que o balanço a fazer no final de 2022 nos permita dizer que estamos no bom caminho e que as sucessivas crises pandémicas e bélica, com epicentro nos

países da Europa de Leste, mas com repercussões em todo o mundo, não beliscaram o essencial das nossas propostas.

No que concerne às Contas relativas ao ano de 2021, cujo relato consta do ponto seguinte, sublinha-se o bom desempenho das diversas rúbricas e a adoção das melhores práticas que, fruto das medidas de gestão tomadas no tempo próprio, tem vindo a culminar na apresentação de resultados positivos.

5 – CONTAS DE GERÊNCIA

5.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

O Relatório e Contas de 2021 retrata com precisão o quadro geral da atividade da ANESPO e permite perceber o estado atual das finanças da associação sendo de sublinhar que Direção da ANESPO tem vindo a adotar as medidas certas para acomodar eventuais riscos e, para isso, encontrou os mecanismos que permitiram passar de resultados negativos em 2016, para resultados positivos, até à presente data, não se vislumbrando, a manter-se a atual linha de atuação, quaisquer problemas futuros.

5.2 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	254 768,27	214 366,06
Investimentos financeiros	3.3	136,06	12,96
subtotal		254 904,33	214 379,02
Ativo corrente			
Créditos a receber	10.2	4 598,99	15 831,89
Estado e outros entes públicos	10.1	5 096,80	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	10.2	76 927,94	201 295,96
Outros ativos correntes	10.2	414 649,36	7 546,27
Diferimentos		91,31	0,00
Caixa e depósitos bancários	5	372 653,10	375 811,28
subtotal		874 017,50	600 485,40
Total do ativo		1 128 921,83	814 864,42
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas		247 210,05	247 210,05
Resultados transitados		433 807,51	284 607,09
Ajustamento/Outras variações nos fundos patrimoniais		11 696,54	11 696,54
		692 714,10	543 513,68
Resultado líquido do período		60 034,99	149 200,42
Total do fundo de capital		752 749,09	692 714,10
Passivo corrente			
Fornecedores	10.2	1 038,40	3 706,13
Estado e outros entes públicos	10.1	3 925,81	54 811,76
Financiamentos obtidos	6	0,00	19 900,00
Diferimentos	10.2	355 559,20	0,00
Outros passivos correntes	10.2	15 649,33	43 732,43
subtotal		376 172,74	122 150,32
Total do passivo		376 172,74	122 150,32
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 128 921,83	814 864,42

5.3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos resultados por naturezas

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	7	282 402,53	590 001,11
Subsídios, doações e legados à exploração	8	70 422,80	31 353,02
Fornecimentos e serviços externos	10.3	-166 937,27	-240 127,53
Gastos com o pessoal	9	-105 569,94	-104 782,06
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.4	0,00	-62 833,54
Outros rendimentos	7	9 204,31	74,09
Outros gastos	10.5	-7 872,86	-58 226,22
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		81 649,57	155 458,87
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-21 614,58	-6 258,45
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		60 034,99	149 200,42
Resultado antes de impostos		60 034,99	149 200,42
Resultado líquido do período		60 034,99	149 200,42

5.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos fluxos de caixa

Período findo em 31 de dezembro de 2021

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		323 213,11	678 567,19
Pagamentos a fornecedores		-187 849,66	-261 121,36
Pagamentos ao pessoal		-103 735,44	-87 946,46
Caixa gerada pelas operações		31 628,01	329 499,37
Outros recebimentos/pagamentos		12 226,79	-89 407,24
Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)		43 854,80	240 092,13
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos referentes a:			
Ativos fixos tangíveis		-28 990,63	1 703,42
Investimentos financeiros		-123,10	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2 000,75	12,96
Fluxos de caixa das actividades de investimento(2)		-27 112,98	1 716,38
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-19 900,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento(3)		-19 900,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-3 158,18	241 808,51
Caixa e seus equivalentes no início do período		375 811,28	134 002,77
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	372 653,10	375 811,28

5.5 – DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2021

Valores em euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Reservas	Resultados transitados	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 1 de janeiro de 2021 (ESNL)	0,00	247 210,05	284 607,09	11 696,54	149 200,42	692 714,10
Resultado líquido do período de 2020			149 200,42		-149 200,42	0,00
Outras variações						0,00
Posição em 31 de dezembro de 2021 (ESNL)	0,00	247 210,05	433 807,51	11 696,54	60 034,99	752 749,09

5.6 – ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Designação da entidade: ANESPO – Associação Nacional de Escolas Profissionais, contribuinte n.º.502 556 420

1.2 Sede: Av. 5 de Outubro, n.º. 176 1º Esq – 1050-063 Lisboa

1.3 Natureza da atividade: A ANESPO é uma associação particular sem fins lucrativos, de âmbito nacional, representativa das entidades proprietárias de Escolas Profissionais e desenvolve a sua atividade desde 1991 no âmbito da promoção e dignificação do ensino tecnológico, artístico e profissional ministrado nas escolas profissionais.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2021, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações de acordo

com os princípios contabilísticos fundamentais previstos no Sistema Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº.158/2009, de 13 de julho e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovado pelo Decreto-Lei nº.36-A/2011 de 9 de março e demais legislações complementares.

Instrumentos legais da NCRF-ESNL:

Aviso nº.8259/2015 de 29 de julho - NCRF-ESNL

Portaria nº.220/2015, de 24 de julho – Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF)

Portaria nº.218, de 23 de julho – Código de Contas (CC)

DL nº. 98/2015, de 2 de junho

Portaria nº.105/2011, de 14 de março – MDF

Portaria nº.106/2011, de 14 de março – CC

Aviso nº.6726-B/2011, de 14 de março – NCRF-ESNL

Portaria nº.986/2009, de 7 de setembro

DL nº.158/2009, de julho - SNC

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

- No presente período não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis.

- Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com valores do período de 2020.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas têm sido consistentemente aplicadas a todos os anos, salvo indicação em contrário.

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico tendo por base a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) e os seguintes pressupostos:

- Continuidade (da atividade)
- Regime de acréscimo (gastos e ganhos reconhecidos no período económico)
- Consistência na preparação (manter as políticas contabilísticas)
- Materialidade e agregação (cada classe material de itens apresentada separadamente)
- Não compensação (de saldos ativos e passivos)
- Informação comparável (em relação ao ano anterior)

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o custo de compra, o iva, por não ser dedutível e quaisquer outros custos atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

O terreno encontra-se mensurado a 25% do valor de imóvel.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o modelo de linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil para cada grupo de bens.

3.3 Investimentos financeiros

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo autónomo. É financiado pelas entidades empregadoras, sendo a entidade gestora o Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I.P.

O FCT é um fundo individual de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato dos seus trabalhadores.

Este regime foi instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto e é de adesão obrigatória para todas as entidades empregadoras que celebram contratos de trabalho ao abrigo do código do trabalho a partir do dia 1 de outubro de 2013, com exceção dos casos nela previstos.

Em 31 de dezembro a Associação tinha uma participação neste fundo de 136,06€.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As imobilizações são registadas ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações acumuladas.

Na depreciação do edifício sede adquirido em 1999 e contabilizado por 334.934,21€ e de acordo com o Decreto Regulamentar que estabelece o regime das depreciações, 25% do valor do imóvel é atribuído ao valor do terreno que não é sujeito a depreciação, no valor de 74.941,56€.

No entanto o seu VPT – Valor Patrimonial Tributário atual é de 173.240,00€

Atualização pela Autoridade Tributária comunicada no início de 2021, que estava avaliado em 145.774,30€.

As taxas de depreciação são que constam DR nº.25/2009, 14 de setembro, atualizado pelo DR nº.4/2015, de 22 de abril.

<i>Descrição</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
<i>Valor líquido no início do período</i>	214.366,06€	218.921,09€
<i>Aquisições</i>	62.016,79€	1.703,42€
<i>Depreciações do exercício</i>	-21.614,58€	-6.258,45€
<i>Valor líquido no final do período</i>	254.768,27€	214.366,06 €

5. FLUXOS DE CAIXA

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF2, utilizando o método direto, o qual nos dá informação acerca dos componentes principais de recebimentos e pagamentos.

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o saldo de caixa e seus equivalentes, que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, líquidos de descobertos bancários, detalha-se como segue:

<i>Descrição</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
<i>Numerário</i>	<i>104,81€</i>	<i>38,78€</i>
<i>Depósitos bancários</i>	<i>372.548,29€</i>	<i>375.772,50€</i>
<i>Totais Caixa e seus equivalentes</i>	<i>372.653,10€</i>	<i>375.811,28€</i>

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A ANESPO durante o ano amortizou empréstimos de anos anteriores.

Insignare - Associação de Ensino e Formação no valor de 19.900,00€

Conta Corrente bancária – CGD

A associação tem uma conta corrente contratada com CGD no montante potencial de 80.000,00€, com garantias “Fiança/Aval” e não utilizada desde dezembro de 2017.

7. RENDIMENTOS

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes ganhos:

<i>Descrição</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
<i>Prestações de serviços</i>	<i>282.402,53€</i>	<i>590.001,11€</i>
<i>Quotas associados</i>	<i>170.700,00€</i>	<i>166.488,00€</i>
<i>Jornadas pedagógicas</i>	<i>8.120,00€</i>	<i>---€</i>
<i>Campanha/Pub 2021</i>	<i>71.700,00€</i>	<i>85.200,00€</i>
<i>EQAVET</i>	<i>31.882,53€</i>	<i>333.483,11€</i>
<i>Oficina reflexão/Formação Continua</i>	<i>----€</i>	<i>4.830,00€</i>
<i>Outros rendimentos</i>	<i>9.204,31€</i>	<i>74,09€</i>
<i>Total</i>	<i>291.606,84€</i>	<i>590.075,20€</i>

8. SUBSÍDIOS DOS PROJETOS

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração de resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

<i>Subsídios à exploração</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
<i>Projeto LLL for ALL</i>	<i>---€</i>	<i>1.770,08€</i>
<i>Projeto SIAC</i>	<i>39.400,26€</i>	<i>---€</i>
<i>Projeto SAAM</i>	<i>12.126,77€</i>	<i>26.115,94€</i>

<i>Projeto VET-GPS</i>	---€	336,00€
<i>Projeto UMJ</i>	3.393,57€	3.131,00€
<i>Projeto PRALINE</i>	9.475,20€	---€
<i>Projeto ARION</i>	6.027,00€	---€
<i>Total</i>	70.422,80€	31.353,02€

9. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O direito às férias e subsídios de férias dos trabalhadores vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por conta de outras contas a pagar.

Número médio de trabalhadores durante o ano de 2021 foi de 4 pessoas.

Os gastos incorridos com os trabalhadores foram os seguintes:

<i>Descrição</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
<i>Remunerações do pessoal</i>	89.286,56€	89.553,82€
<i>Encargos sobre remunerações</i>	14.940,06€	14.083,18€
<i>Seguros acidentes de trabalho</i>	788,21€	788,21€
<i>Outros gastos com o pessoal</i>	555,11€	356,85€
<i>Total</i>	105.569,94€	104.782,06€

10. OUTRAS INFORMAÇÕES

10.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A ANESPO à data de encerramento das contas do período de 2021 tem a sua situação “regularizada” perante a Segurança Social, tal como à Administração Tributária.

Valores a pagar no ano seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
<i>IRS dependente</i>	983,00€	927,00€
<i>IRS independente</i>	1.625,00€	---€
<i>IVA a recuperar</i>	-5.096,80€	52.309,90€
<i>Segurança Social</i>	1.303,30€	1.567,85€
<i>FCT</i>	14,51€	7,01€
<i>SALDO</i>	1.170,99€	54.811,76€

10.2 CONTAS A RECEBER E A PAGAR

<i>Descrição</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
<i>Clientes</i>	4.598,99€	15.831,89€
<i>Associados (quotas)</i>	76.927,94€	201.295,96€
<i>Outras contas a receber/projetos</i>	414.649,36€	7.546,27€
<i>Fornecedores</i>	-1.038,40€	-3.706,13€

<i>Outras contas a pagar</i>	-15.649,33€	-43.732,43€
SALDO	479.488,56€	177.235,56€

Rendimentos a reconhecer dos projetos:

*SIAC262.526,97€

*SAAM 93.032,23€

Total 355.559,20€

10.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em dezembro de 2021 e 2020. Foi o seguinte:

<i>Descrição</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
<i>Trabalhos especializados</i>	97.285,30€	197.010,78€
<i>Vigilância e segurança</i>	1.007,92€	795,06€
<i>Honorários</i>	14.095,80€	17.559,74€
<i>Conservação e reparação</i>	5.524,84€	1.976,60€
<i>Serviços bancários</i>	2.310,93€	2.599,53€
<i>Materiais</i>	1.955,59€	824,76€
<i>Energia e fluidos</i>	4.556,69€	3.213,91€
<i>Deslocações, estadas e transportes</i>	31.181,72€	6.491,39€
<i>Rendas e alugueres</i>	1.524,96€	---€
<i>Comunicações</i>	3.546,88€	6.394,67€

<i>Seguros</i>	2.966,41€	2.340,40€
<i>Outros serviços</i>	980,23€	920,69€
Total	166.937,27€	240.127,53€

10.4 PERDAS POR IMPARIDADES

Perdas por imparidades acumuladas, quotas de associados, no valor de 56.103,14€

10.5 OUTROS GASTOS

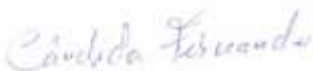
<i>Descrição</i>	<i>2021</i>	<i>2020</i>
<i>Impostos</i>	1.679,60€	1.259,10€
<i>Dívidas incobráveis</i>	--€	41.650,00€
<i>Correções períodos anteriores</i>	448,55€	9.077,89€
<i>Quotizações</i>	5.556,00€	5.556,00€
<i>Outros</i>	188,71€	683,23€
Total	7.872,86€	58.226,22€

- *Quotizações:*
- *CCP – 1.356,00€*
- *CNEF – 3.000,00€*
- *EFVET – 1.200,00€*

10.6 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Após a data no balanço, não temos conhecimento de que tenha ocorrido algo de relevante, que possa afetar os ativos e passivos das demonstrações financeiras do período.

A Contabilista Certificada nº. 5405



Presidente da Direção

